



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

RENATA SILVA ALMENDRA

**A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882 E O PAPEL DO MUSEU
NACIONAL NA CIENTIFIZAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL**

BRASÍLIA – DF
2021

RENATA SILVA ALMENDRA

**A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882 E O PAPEL DO MUSEU
NACIONAL NA CIENTIFIZAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Margaret Lopes

BRASÍLIA – DF

2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

A EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA DE 1882 E O PAPEL DO MUSEU NACIONAL NA CIENTIFIZAÇÃO DAS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL .

Aluno: Renata Silva Almendra

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Maria Margaret Lopes - Orientadora

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutorado em História Social - USP

Ana Lúcia de Abreu Gomes - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutorado em História Cultural - UnB

Clóvis Carvalho Britto - Membro

Professor da Universidade de Brasília (UnB)

Doutorado em Museologia - ULHT

Monique Batista Magaldi - Suplente

Professora da Universidade de Brasília (UnB)**Doutorado em Ciência da Informação - UnB**

Em 26/04/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Margaret Lopes, Pesquisador(a) Colaborador(a) Pleno(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/05/2021, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/05/2021, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 19/05/2021, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6593992** e o código CRC **E8ED4C99**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não existiria sem as conversas, as dicas e orientações das professoras Maria Margaret Lopes e Ana Lúcia de Abreu Gomes. Conhecer o universo dos museus ao lado dessas duas profissionais me ampliou os horizontes nessa área e me mostrou o potencial que essas instituições oferecem para a compreensão de nossa sociedade.

Agradeço também a Karolina Abrantes, Gabriel Dourado, Thaís Souza, Marino Alves, Janete Ortolani e Wilton Souza, meus colegas do Curso de Museologia, pela amizade, troca de ideias, compartilhamento de experiências e pela companhia ao longo de toda a graduação.

Devo um agradecimento especial a Michel Corrêa, Leonardo Batista, Newton Fabiano Soares, Luciana Palmeira e Taís Valente, que me apresentam diariamente o campo da museologia em nossa rotina de trabalho realizada no Instituto Brasileiro de Museus.

Agradeço a meu companheiro Márcio Cavalcanti, por ser um pai extraordinário. que se desdobra nos cuidados com nosso pequeno Theo durante as minhas ausências para as aulas e estudos.

RESUMO

O presente trabalho visa lançar um olhar para os estudos científicos relacionados à raça desenvolvidos pelo Museu Nacional no último quartel do século XIX e evidenciados na Exposição Antropológica Brasileira, realizada por esta instituição em 1882. Diante do projeto político imperial de conduzir o Brasil rumo à civilização, os debates raciais ganham respaldo científico a partir das áreas de arqueologia, etnologia e antropologia, criadas e desenvolvidas no museu a partir de 1876. O período abarcado por esta pesquisa compreende a gestão de Ladislau Neto (1876-1893) como diretor da instituição e cientista de renome no que tange o debate racial no fim do século XIX. Assim, a narrativa da Exposição Antropológica é analisada à luz das pesquisas científicas sobre os povos indígenas desenvolvidas pelo Museu Nacional, que convergiam com uma preocupação do governo imperial em relação à inserção desses povos na sociedade brasileira. Esta pesquisa apoia-se em uma análise bibliográfica sobre o tema, que é composta por publicações, dissertações e teses de doutorado, mas também compreende o cruzamento desta bibliografia com algumas fontes históricas, como trechos de jornais da época, o Guia e a Revista da Exposição Antropológica.

Palavras-chave: Museu Nacional; Exposição Antropológica Brasileira; História dos Museus; Teorias raciais.

ABSTRACT

The present work aims to take a look at the scientific studies related to race developed by the National Museum in the last quarter of the 19th century and evidenced in the Brazilian Anthropological Exhibition, held by this institution in 1882. Faced with the imperial political project to lead Brazil towards civilization, racial debates gain scientific support from the areas of archeology, ethnology and anthropology, created and developed in the museum from 1876. The period covered by this research comprises the management of Ladislau Netto (1876-1893) as director of the institution and renowned scientist regarding the racial debate at the end of the 19th century. Thus, the narrative of the Anthropological Exhibition is analyzed in the light of scientific research on indigenous peoples developed by the National Museum, which converged with a concern of the imperial government regarding the insertion of these peoples in Brazilian society. This research is supported by a bibliographic analysis on the theme, which is composed of publications, dissertations and doctoral theses, but also comprises the crossing of this bibliography with some historical sources, such as excerpts from newspapers of the time, the Guide and the Illustrated Book of the Anthropological Exhibition.

Keywords: Museu Nacional; Brazilian Anthropological Exhibition; History of Museums; Racial theories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: Breve panorama do cenário científico no Brasil oitocentista	12
1.1. Historiografia da Ciência no Brasil	13
1.2. Civilização, modernização e ciência no Império.....	17
CAPÍTULO 2: O Museu Nacional na gestão de Ladislau Netto e os estudos antropológicos	24
2.1. O Museu Nacional e sua consolidação como instituição científica no século XIX.....	25
2.2. Ladislau Netto e o florescimento da Antropologia no Museu Nacional	30
CAPÍTULO 3: A Exposição Antropológica Brasileira de 1882	40
3.1. Preparando a Exposição	41
3.2. Inaugurando a Exposição.....	47
3.3. Caminhando pelas salas da exposição: construção de uma narrativa	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

Creio que eu tenha feito o caminho inverso em relação à busca de conhecimentos na área de Museologia. Em 2010 fui aprovada em concurso público para trabalhar no recém criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Apesar de já ter uma graduação na área de História e ter feito estágios em alguns museus de Brasília, eu nunca havia pensado na Museologia enquanto um campo de conhecimento. Foi no trabalho desenvolvido nessa autarquia federal, pensando e desenvolvendo políticas públicas para os museus, que nasceu o interesse em conhecer mais a fundo esse campo disciplinar que apresenta algumas aproximações com a minha área de formação, a História.

Assim, em 2017 fui aprovada no vestibular para o curso de Museologia na Universidade de Brasília, que cursei juntamente com um Doutorado em História Cultural na mesma instituição. As aulas na nova graduação me trouxeram a leveza de conviver com colegas mais jovens e a oportunidade de conhecer um lado mais prático da atuação em museus. Dessa forma, de todas as disciplinas cursadas ao longo do curso, me despertaram a curiosidade, sobretudo aquelas de caráter mais prático e que pautam o trabalho cotidiano em museus.

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca agregar meus interesses nas áreas de História e de Museologia, trazendo um diálogo entre esses dois campos do conhecimento. A proposta é lançar um olhar para os trabalhos desenvolvidos pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, período em este se consolidava enquanto instituição museológica e científica não só no cenário brasileiro, mas também no contexto internacional.

Baseado numa postura metodológica fundamentada numa perspectiva pós-colonial de análise, o intuito deste trabalho é ir além de uma abordagem meramente funcional do Museu Nacional. Ao contrário, nos propomos a investigar os desdobramentos das atividades científicas desenvolvidas no campo antropológico, etnológico e arqueológico e suas relações com o contexto político brasileiro do período em questão, quando se tornou necessária a criação de hierarquias raciais para justificar empreendimentos de “civilização e modernização” da nação.

Vamos nos deter na análise da Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882 pelo Museu Nacional, que foi uma grande mostra aberta ao público durante 3 meses. Esta exposição é reveladora do discurso científico sobre os povos indígenas, fruto das pesquisas empreendidas pelo museu, sobretudo durante a gestão do diretor Ladilau Netto (1876-1890). Debruçar-nos sobre a narrativa criada para esta exposição, é buscar entendê-la a partir do pensamento científico em voga na época que, em consonância com uma realidade brasileira de miscigenação, produziu um discurso de inferiorização racial dos indígenas. Apesar do exotismo e da beleza de muitos objetos chamarem a atenção da imprensa e dos visitantes, a exposição promoveu uma narrativa homogeneizadora das diferentes etnias indígenas lá retratadas, sublinhando o caráter “selvagem” e “primitivo” dos povos nativos.

O interesse por este estudo nasceu de diálogos com as professoras Ana Abreu e Maria Margaret Lopes, que me forneceram uma ampla bibliografia para o aprofundamento desse tema. Ainda em 2017, cheguei a visitar o Museu Nacional do Rio de Janeiro na perspectiva de empreender uma pesquisa mais densa sobre a Exposição Antropológica, conhecendo os arquivos e centros de documentação da instituição. Um ano após a minha visita, o Brasil perdeu para o fogo um acervo museológico e documental inestimável para o conhecimento da história do país. Felizmente muitos documentos foram digitalizados antes do incêndio e podem ser acessados em uma visita online à Biblioteca Digital da instituição.

A presente pesquisa trata de analisar alguns desses documentos produzidos pelo Museu Nacional no século XIX, como a *Revista Archivos do Museu Nacional*, o Guia e a Revista da Exposição Antropológica Brasileira, bem como reportagens de jornais noticiando sobre a laureada mostra. Esta análise foi feita apoiada também em uma ampla bibliografia sobre o tema de pesquisa, que serviu de base para um maior entendimento sobre as ciências no século XIX e o papel desempenhado pelo Museu Nacional no Brasil imperial.

Partindo desses referenciais, estabelece-se que o objetivo geral deste trabalho é analisar a Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882 no Museu Nacional, à luz da produção científica desenvolvida por esta instituição nas áreas de antropologia, arqueologia e etnografia, e sua intersecção com o debate racial brasileiro na segunda metade do século XIX. Dentre os objetivos específicos, me proponho nesse trabalho a apresentar uma discussão sobre as ciências no Brasil oitocentista e as teorias científicas

em voga na época no que diz respeito às questões raciais; analisar o papel do Museu Nacional na produção de conhecimento nas áreas de Antropologia, Arqueologia e Etnografia durante a gestão do Diretor Ladislau Netto; e analisar a Exposição Antropológica Brasileira de 1882, com foco em seu acervo e em sua narrativa expográfica.

Para tanto, este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro é apresentada uma discussão mais ampla sobre as ciências no século XIX e como a consolidação de pesquisas científicas estava atrelada a um ideal de modernização e civilização buscado pela sociedade brasileira dos oitocentos, que pretendia se distanciar de seu passado colonial. Discutimos também sobre a chegada de teorias darwinistas no Brasil e como estas foram apropriadas para sedimentar cientificamente uma suposta hierarquia racial, em que os povos indígenas eram situados na escala mais baixa da evolução. Este primeiro capítulo prepara o terreno para o que irá ser discutido nos capítulos seguintes e dá uma contextualização histórica sobre as ciências no Brasil oitocentista.

No segundo capítulo nos detivemos a apresentar mais propriamente o importante papel do Museu Nacional na consolidação dos estudos científicos no Brasil. O foco da análise está principalmente no período em que o Museu foi dirigido por Ladislau Netto (1876-1890), momento em que as pesquisas antropológicas ganham destaque na instituição, a ponto de culminarem na realização da Exposição Antropológica Brasileira.

Uma análise descritiva da Exposição Antropológica de 1882 é feita no terceiro e último capítulo deste trabalho. Tendo como principais fontes de análise o Guia e a Revista da Exposição, convidamos o leitor a percorrer as salas do espaço expositivo para conhecer a narrativa proposta pela mostra sobre os indígenas brasileiros, este “outro” exótico e primitivo que não se enquadrava nos ideais civilizatórios perseguidos pela sociedade imperial.

Esperamos com esse trabalho contribuir para a História dos Museus, trazendo para o debate a importância que o Museu Nacional sempre desempenhou nas áreas científica, museológica e cultural brasileiras. O incêndio que destruiu praticamente todo o acervo documental e museológico do Museu Nacional é reflexo do descaso com que importantes instituições históricas do nosso país são tratadas pelo Poder Público. Torna-

se cada vez mais urgente e necessária a implementação de políticas de valorização de nosso patrimônio, como forma de reconhecimento de nossa história e de nossa cultura.

CAPÍTULO 1

Breve panorama do cenário científico no Brasil oitocentista

É possível que tais verdades sejam novas, devem porém abraçá-las todos os povos que desejam progredir: essa necessidade é ainda mais palpante no Brasil justamente porque o progresso, manifestando-se nele com rapidez maior em tudo, tornaria as diferenças atuais ainda mais sensíveis.

Se o Brasil deseja atirar o seu desenvolvimento intelectual, é de seu imediato interesse trilhar desassombadamente a senda das investigações científicas.¹

A citação que abre este capítulo e a nossa discussão sobre o cenário científico no Brasil imperial é do cientista francês Louis Couty, que chegou ao Brasil em 1878 após ser convidado por Dom Pedro II para trabalhar na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, na área de Biologia Industrial. Couty compunha um grupo de pesquisadores estrangeiros que receberam convites do Imperador para compor os quadros científicos do país, a partir da proposta do monarca de fazer o Brasil seguir em direção à civilização e ao progresso.

Este cientista francês, juntamente com João Batista Lacerda, foi o fundador do Laboratório de Fisiologia Experimental do Museu Nacional em 1879 e, a partir de sua atuação nesta instituição, contribuiu para estreitar os diálogos com a comunidade científica internacional. O trecho de seu artigo sobre os estudos experimentais no Brasil, publicado na *Revista Brasileira* em 1879, reflete um pouco de seus interesses pelos aspectos sociológicos brasileiros, que vieram ser ainda mais expostos em outras publicações do autor que tratam especificamente sobre a escravidão e sobre a imigração europeia, por exemplo².

¹ COUTY, Louis. Os estudos experimentais no Brasil. In: **Revista Brasileira**, ano I, tomo II, 1879, p 219.

² Como em COUTY, Louis. **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988; e COUTY, Louis. **Pequena propriedade e imigração europeia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887; e COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Brasília: Senado Federal, 1984.

Ao abrir esse capítulo, as ideias de Couty nos inserem na discussão sobre os estudos científicos no Brasil oitocentista e como essa busca por um desenvolvimento científico estava intrinsecamente atrelada a um anseio político em conduzir o país em um movimento civilizatório. Assim, a proposta inicial é, após fazer um breve levantamento sobre a historiografia da ciência no Brasil, discutir como as correntes científicas em voga na Europa ao longo do século XIX são absorvidas no Brasil e como sofrem impactos ao se deparar com a realidade social. Veremos como os discursos evolucionistas e antropológicos acabam por corroborar com as justificativas de cunho racial para a submissão de povos indígenas e africanos para, no capítulo seguinte, analisar o papel do Museu Nacional no desenvolvimento e difusão desses discursos científicos durante da gestão do diretor Ladislau Netto (1876-1893).

1.1. Historiografia da Ciência no Brasil

A historiografia brasileira, via de regra, pouca luz lançou sobre as diversas atividades científicas desenvolvidas no Brasil ao longo de sua história. Em relação ao século XIX, muito se fala sobre o entusiasmo do Imperador Pedro II pelas artes e pelas ciências e na criação de estabelecimentos destinados à pesquisa científica. No entanto, observa-se que o estudo da história da ciência no Brasil é uma frente muito pouco explorada em nossa historiografia. Um levantamento sobre essa literatura nos aponta que até meados da década de 1980, grande parte dos estudos publicados sobre uma história da ciência no Brasil é essencialmente descritiva e, muitas vezes, relacionada aos eventos comemorativos de algumas instituições científicas.

Garcia, Oliveira e Motoyama³ apontam que no Brasil sempre houve uma pequena produção historiográfica das ciências, mas geralmente relacionada a obras elogiosas de instituições e personalidades científicas, caracterizando-se, sobretudo, pelo cunho essencialmente narrativo, sem profundidade ou rigor metodológico. É apenas a partir da década de 1940 que essa produção passa a ganhar mais fôlego, mas com o foco

³ GARCIA, João Carlos; OLIVEIRA, José Carlos; MOTOYAMA, Shozo. O desenvolvimento da História da Ciência no Brasil. In: FERRI, Mário G; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. Volume 2. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1980.

maior na trajetória histórica dos ramos da ciência, sem a preocupação em vinculá-las ao conjunto da vida social e cultural do país.

Uma obra de referência no estudo das ciências a partir de uma perspectiva histórica foi publicada primeiramente em 1955. *As Ciências no Brasil*, de Fernando Azevedo, é um grande compêndio, dividido em 2 volumes, cujos capítulos focam em áreas específicas da ciência, como zoologia, botânica, química, mineralogia, matemática, antropologia, sociologia, entre outros⁴. A inovação que esta publicação evidencia é o esforço de Azevedo como organizador da obra em trazer autores que buscam relacionar as práticas científicas às condições culturais, políticas e econômicas do país. Assim, Fernando Azevedo teoriza que o atraso científico do Brasil estaria diretamente relacionado ao seu passado colonial, à exploração econômica e à falta de incentivos políticos. Mesmo com o enfoque centrado basicamente em aspectos descritivos, algumas das análises apresentadas pelos autores que compõem a obra ainda figuram em muitos estudos, teses e publicações atuais na área de história das ciências.

Outro trabalho de fôlego ainda muito citado por historiadores da ciência é a obra coordenada por Simon Schwartzman – *Formação da Comunidade Científica no Brasil* – publicada em 1979 e considerada uma das sínteses mais abrangentes da História das Ciências Naturais e Exatas no Brasil, que abarca desde o período colonial até a década de 1940⁵. Esta obra apresenta trabalhos desenvolvidos a partir de uma metodologia de história oral, com a coleta de depoimentos e entrevistas com cientistas de renome em cada área destacada.

Os três volumes organizados por Ferri e Motoyama na virada da década de 1970 para 1980 - *a História das Ciências no Brasil* - também seguem sendo referência para muitos estudos desenvolvidos nos dias de hoje⁶. Mesmo seguindo o modelo de capítulos curtos com análises mais amplas e generalizadas sobre áreas científicas, já apresenta um olhar um pouco mais crítico em relação à forma descritiva que as ciências eram apresentadas até o momento.

⁴ AZEVEDO, Fernando (org). **As Ciências no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

⁵ SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo: Nacional – Rio de Janeiro: Finep, 1979.

⁶ FERRI, Mário G; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. Volume 1, 2 e 3. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1980.

Mas, conforme mencionado anteriormente, as propostas metodológicas na abordagem das ciências começaram a mudar na década de 1980, a partir de uma virada epistemológica que passou a considerar novas perspectivas de análise, centradas fora de bases comparativas em relação ao eixo europeu. De acordo com Maria Margaret Lopes:

Os marcos conceituais das ciências na América Latina e no Brasil vêm sofrendo alterações profundas, fortemente impulsionados pela produção inovadora e profficua liderada pela Sociedade Latino-Americana de História da Ciência e da Tecnologia, com o fito de impor uma nova direção à historiografia, cujo objeto central tem sido a especificidade da ciência nas regiões não-europeias⁷.

Esta Sociedade Latino-Americana de História da Ciência da Tecnologia foi responsável, por mais de uma década, pela publicação *da Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnologia – Quipu*, lançada no México em 1984. De acordo com Márcia Regina Silva, a revista Quipu anunciava novas opções historiográficas como “proposta de superação de antigas interpretações explicativas sobre o funcionamento das ciências nos países de tradição colonial”⁸. Assim, os autores que figuraram nos diversos números da revista questionavam a perspectiva linear e universal da história da ciência, cujos termos “progresso” e “desenvolvimento” impunham um tipo de narrativa unidimensional.

Assim, pensar a nossa própria ciência, a partir de nossos referenciais e processos específicos vem alterando de forma substancial a epistemologia historiográfica. Publicações de referência na área de história da ciência na América Latina, como a obra de Juan José Saldaña, “Ciencia y identidad cultural: la historia de la ciencia em America Latina”⁹ e compêndios de artigos de diversos autores latinoamericanos, como a Revista Quipu, trazem à baila novas formas de abordar a história da ciência em países colonizados. Tais abordagens discutem a autoridade dos conhecimentos científicos e saberes locais, problematizando a evidente hierarquia epistêmica entre centros e periferias.

⁷ LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2009, p. 19.

⁸ SILVA, Márcia Regina Barros. A escrita da História das ciências na América Latina e seus debates. In: **Revista de História Ibero Americana**. Vol. 9, nº 1, 2016, p. 67.

⁹ SALDAÑA, Juan José. **Ciencia y identidad cultural: la historia de la ciencia em America Latina**. Draft, 1991.

Tais perspectivas ressoam diretamente nos campos antropológico e etnológico, foco maior de nossa análise na presente pesquisa. Na historiografia produzida até meados da década de 1980, as referências sobre antropologia e etnologia no século XIX se limitam às atividades consideradas pioneiras e “pré-científicas” desenvolvidas pelo Museu Nacional e pelas expedições e comissões científicas destinadas a explorar a geografia, zoologia, botânica e etnologia de diferentes lugares do país.

A relação entre a ciência e as teorias raciais no Brasil tem sido explorada com maior vigor desde a década de 1980. Os estudos de Lilia Moritz Schwarcz, Mariza Corrêa, Giralda Seyferth, Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio¹⁰, dentre outros, são evidências dos esforços de historiadores em trazer a ciência para dialogar com as questões raciais, que desde os tempos coloniais assolaram a preocupação das elites intelectuais do país. No entanto, ao analisarmos essa produção historiográfica, concluímos que muito do que foi escrito sobre a produção científica do século XIX aparece apenas como precursor de um pensamento racial do século XX, que é mais amplamente analisado por nossa historiografia. A antropologia criminal e a medicina legal, difundidas no Brasil pela escola de Nina Rodrigues são bastante exploradas quando o debate perpassa questões de ciência, raça e criminologia. Também o são os estudos sobre ciência, medidas sanitárias e “limpeza racial” nos primeiros anos dos 1900s. A produção científica do século XIX, portanto, permanece à margem da historiografia e pode nos fornecer bases conceituais essenciais para fundamentar o pensamento racial e os projetos eugênicos que virão se sedimentar ao longo do século XX.

Assim, tendo como foco novas posturas metodológicas no trato das fontes do período, essa pesquisa contribui para reafirmar a existência de uma ampla produção científica no Brasil no século XIX, sobretudo no que diz respeito às áreas de antropologia, etnologia e arqueologia. Propõe-se evidenciar que tais produções estavam

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013; SEYFERTH, Giralda. As Ciências Sociais no Brasil e a questão racial. In: SILVA J; BIRMAN, P; WANDERLEY, R (orgs) **Cativeiro e liberdade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1989; MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

relacionadas às questões inerentes à realidade brasileira, como a miscigenação, o processo civilizatório empreendido pelo governo imperial e a entrada do país no debate científico sobre a origem do homem e as teorias raciais e eugênicas, que tiveram seu ápice na primeira metade do século XX e até hoje influenciam a sociedade na forma de ver e tratar o “outro” negro e indígena.

1.2. Civilização, modernização e ciência no Império

Quando Dom João VI fugiu de Portugal por conta das tropas napoleônicas e chegou ao Brasil em 1808 com toda a sua comitiva imperial, os habitantes da colônia não sabiam ainda as transformações e futuros rumos que o país tomaria. Mal desembarcou em terras brasileiras, o rei de Portugal tratou de promover uma série de mudanças no Rio de Janeiro, cidade onde se fixou e que se tornaria a capital do Império.

Com o objetivo de romper definitivamente com o seu passado colonial e com a impressão de ser uma cidade atrasada e suja, iniciou-se no Rio de Janeiro uma tentativa de se estabelecer um projeto de modernização da cidade. A realização de obras públicas, serviços de limpeza e saneamento e uma série de posturas municipais visando intervir sobre os comportamentos considerados “imorais” ou “incivilizados” nos espaços públicos da rua apresentavam-se como um reflexo da ideologia iluminista que influenciava muitos intelectuais brasileiros no início do século XIX. Francisco Falcon coloca que “para os iluministas, civilização é uma realidade e um ideal, algo como a variável temporal da ideia de humanidade, tendo como seu substrato a noção de progresso”.¹¹ Assim, palavras como modernidade, civilização e progresso invadem o vocabulário das elites e das autoridades preocupadas em estabelecer a ordem no Rio de Janeiro.

Essas grandes mudanças ocorridas no aspecto físico da cidade, com as obras de saneamento e melhoramento de edificações e estradas, se equiparam às transformações socioculturais ocorridas no interior da mesma. A demanda por bens e produtos de consumo, tão escassos durante o século XVIII, pôde ser satisfeita com o fim do Pacto Colonial e com a abertura dos portos por D. João VI em 1808, permitindo assim, o surgimento do comércio de luxo e de produtos importados para o Rio de Janeiro. Em

¹¹ FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 60.

1822, com a extensão do tratado de comércio e navegação às outras nações, ficou completa a integração do Brasil ao mercado mundial, em proveito dos países europeus que estavam num processo de revolução com o advento da grande indústria capitalista. Dessa maneira, a entrada da moda, dos produtos e artigos de consumo europeus em território brasileiro, contribuiu para que o Império mergulhasse em uma sincronia com a modernidade europeia. As correntes de pensamento advindas principalmente da França, como o positivismo, a homeopatia e o kardecismo, buscavam tornar-se uma prática social no cotidiano no Segundo Reinado, contribuindo para uma mudança de ideias e paradigmas.¹²

É também nesse impulso modernizador que o rei se preocupa em criar e estruturar uma série de instituições científicas e culturais na cidade que viria a se tornar a capital imperial. Ainda sob o reinado de Dom João IV, foram criados o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, em 1808; a Real Biblioteca, em 1810; a Real Academia Militar, em 1810; e o Museu Real, que posteriormente veio a se chamar Museu Nacional, em 1818.

Assim, ao longo de todo o século XIX, a sede pelo desenvolvimento científico, aliada aos ideais de civilização e modernização, foi se configurando em política de construção da nação e diversas instituições encarregadas de impulsionar o pensamento científico foram criadas no país. O já citado Museu Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Jardim Botânico da Corte e, mais tardiamente, escolas superiores de Medicina, Direito e Militar passam a abrigar pesquisadores e cientistas de destaque no Império, seja na área de zoologia, botânica, geologia, antropologia ou geografia que, nesse momento, eram disciplinas que compunham o ramo mais geral das ciências biológicas e naturais. Destaca-se que este movimento integra-se a um contexto histórico mais amplo, onde os países margeados pelo eixo norte-atlântico buscam afirmar-se enquanto centros de pesquisa e dialogar com países europeus em matérias científicas.

É também na segunda metade do século XIX que se torna comum pensar as questões nacionais e a formação de classes a partir dos termos raciais. Havia um esforço em racionalizar as instituições e a legislação nacional, cuja singularidade apresentava

¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAES, Fernando A. (coord. Geral). **História da vida privada no Brasil 2** - Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 43.

uma clara e complexa influência do tradicional e do moderno, expostos na disparidade da sociedade escravista e das ideias do liberalismo europeu. O conjunto ideológico do liberalismo, pautado em ideias francesas, inglesas e norte-americanas, chocou-se, no Brasil, contra a escravidão e seus defensores, tornando-se impróprio para a realidade nacional que se estabelecia¹³. Assim, vinha à tona a contraditória discussão acerca da possibilidade de substituição do trabalho escravo pelo indígena, num cenário de “civilização” que não aceitava a presença nem de um e nem do outro em sua ordem social. De acordo com Adriana Keuller:

A questão do “outro” trazia à Antropologia uma temática mais abrangente: nação, cidadania e raça estavam na pauta de discussão. A exploração, a colonização e o extermínio foram então justificados pelas diferenças entre raças e povos. Pensando as “raças humanas” como “espécimes diversas”, o pensamento antropológico se voltava para a questão da miscigenação, pois percebia que a hibridação das espécies ou a mistura das raças era um fenômeno que deveria ser evitado, para não causar degeneração à sociedade e à nação.¹⁴

A autora, que em sua tese de doutorado em História se debruça sobre os estudos de Antropologia Física realizados pelo Museu Nacional no último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX, procura evidenciar como esta área científica contribuiu para a implementação de teorias raciais em solo brasileiro, levando em consideração a realidade incontornável de miscigenação em que o país se via. No próximo capítulo focaremos nossa análise nesses estudos científicos realizados pelo Museu Nacional durante a gestão de Ladislau Netto para, em seguida, ver como tais estudos culminaram na Exposição Antropológica realizada por este museu em 1882.

Assim, o Brasil que chega ao final do regime imperial, após mais de 300 anos de exploração do trabalho escravo, se vê diante de uma atualização de seus debates sobre raça e cerca-se dos argumentos científicos para continuar justificando suas hierarquias sociais, onde negros e indígenas representariam a linha mais baixa numa escala de evolução, pois seriam constituídos de cérebros menores, genes mais pobres e medidas

¹³ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹⁴ KEULLER, Adriana Tavares Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)**. Tese de doutorado em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 63.

desproporcionais. Nas palavras do paleontólogo e biólogo norte americano Stephen Jay Gould,

O preconceito racial pode ser tão antigo quanto a história humana, mas a sua justificação biológica impôs o fardo adicional da inferioridade intrínseca aos grupos menos favorecidos e descartou a sua possibilidade de se redimir através da conversão ou da assimilação. O argumento científico foi uma arma de ataque de primeira linha por mais de um século.¹⁵

O autor destaca, ademais, como os discursos fundamentados no determinismo biológico foram de evidente utilidade para os grupos detentores do poder e parte de exemplos baseados sobretudo na craniometria para justificar como, no século XIX, a ciência se aliou às tentativas de hierarquização dos seres humanos em grupos pretensamente inferiores ou superiores. Em sua análise, Gould ressalta o caráter cultural da ciência, uma vez que esta é feita por seres humanos inseridos dentro de determinados contextos sociais e culturais. Assim, a história das concepções científicas relacionadas à raça reflete “tanto os períodos de crença na igualdade racial quanto os de racismo desenfreado”¹⁶

Observa-se que os cientistas brasileiros do século XIX e primeiros anos do século XX acentuavam a distância entre o analista e seus objetos de análise. Aproximavam-se, assim, dos seus “antepassados portugueses” e de suas ascendências europeias para se colocarem em oposição ao outro nativo, representado pelos indígenas, ou estrangeiro, representado pelos negros de origem africana. E faziam tudo isso pela perspectiva “neutra e imparcial” da ciência¹⁷.

Como um país que pretendia caminhar rumo à civilização, o Brasil oitocentista apoiava-se no ideário iluminista ao associar a noção de civilização e progresso às hierarquias baseadas em teorias raciais. Entretanto, conforme análise da historiadora

¹⁵ GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 18.

¹⁶ Idem, p. 6.

¹⁷ CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

Lilia Moritz Shwarcz¹⁸, a constatação de que o Brasil era uma “nação mestiça” causava alguns dilemas para os cientistas brasileiros. Ao passo que pensar cientificamente em raça se mostrava oportuno para naturalizar as diferenças, inclusive as sociais, a mesma questão esbarrava em um obstáculo para a configuração do país enquanto uma nação dita civilizada.

Nesse sentido, a historiadora e pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/Ministério da Ciência e Tecnologia), Heloísa Maria Bertol Domingues, ao discutir as correntes científicas do século XIX e a recepção do darwinismo no Brasil, afirma que:

(...) para os teóricos das raças e construtores da civilização “nacional”, a questão, no século XIX, não foi inserir os negros escravos na sociedade, pois estes eram considerados estrangeiros. A questão foi inserir os índios nessa construção social do país, pois eles se apresentavam como alternativa à mão de obra escrava, e, além disso, conheciam o interior do país, que se pretendia explorar. A prática e o desenvolvimento das ciências naturais acabariam contribuindo para dar um lugar social a esses grupos que estavam na iminência de ser tornarem cidadãos.¹⁹

É interessante observar que, ao chegar aos países colonizados e com ampla difusão da fé católica, como os países da América Latina, as teorias darwinistas encontraram forte polarização ideológica entre os defensores do monogenismo e do poligenismo. A título de explicação, destaca-se que o monogenismo foi uma visão predominante até meados do século XIX e se baseava na crença da origem humana em uma única fonte – Adão e Eva. Nessa perspectiva, portanto, as raças humanas seriam produtos da degeneração da perfeição progênie pelo casal original. Os poligenistas, ao contrário, se firmaram cientificamente a partir da negação da unidade da espécie e acreditavam que as raças apontavam para diferentes matrizes biológicas, pressupondo também uma hierarquia racial onde negros e amarelos ocupavam uma posição inferior à raça branca em uma escala evolucionista.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da Miscigenação. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.) **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p.166.

¹⁹ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.) **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p.98.

O historiador americano Thomas Glick aponta que as teorias de Darwin, apesar de encontrar essa polêmica entre monogenistas e poligenistas, teve uma boa recepção no Brasil em comparação com outros países católicos, justamente por encontrar simpatizantes nas principais instituições científicas do país, como o Museu Nacional, o Museu do Pará (atual Museu Paraense Emílio Goeldi) e nas faculdades de Medicina da Bahia e de Direito no Recife. Para este autor, a questão racial específica do Brasil contribuiu para estimular “o discurso evolucionista e levou a um movimento para classificar as raças cientificamente”²⁰.

As teorias evolucionistas encontram um diálogo também no crescente interesse do Brasil pelos estudos antropológicos, desenvolvidos principalmente na segunda metade do século XIX a partir das influências da recém criada Société d'Anthropologie de Paris. De acordo com Luis Castro de Faria²¹, a fundação dessa instituição representou um marco para a ciência antropológica ao definir objetivos e métodos de pesquisa para a área, que atravessaram o Atlântico e encontraram um terreno fecundo para seu desenvolvimento em território brasileiro. Assim, a influência das teorias darwinistas, juntamente com os estudos sobre a antiguidade do ser humano, vão contribuir para a institucionalização da disciplina. De acordo com o antropólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ricardo Ventura Santos,

(...) a história da antropologia no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX provê abundantes exemplos de como eram difundidas explicações que alimentavam convicções acerca da desigualdade entre as raças, da dominância do biológico sobre o cultural, o intelectual e o moral, e das consequências negativas dos cruzamentos interraciais.²²

Assim, o pensamento antropológico no Brasil oitocentista se desenvolve muito alinhado aos debates sobre miscigenação, hierarquias e desigualdades raciais. Era um momento em que se discutia a hibridação das espécies como um fenômeno a ser

²⁰ GLICK, Thomas. Apresentação. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003, p.23.

²¹ FARIA, Luis de Castro. **Antropologia – escritos exumados 2**: dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

²² SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates de antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, pp. 85-86.

evitado, pois entendia-se que esta mistura racial poderia degenerar a sociedade, pondo em risco os ideais de civilização.

Nesse contexto, o ramo da Antropologia Física ganhou muitos adeptos e estabeleceu-se como uma disciplina de grande notoriedade em instituições científicas. Apontado pela historiografia da ciência como um dos precursores dos estudos e medidas antropométricas, o norte americano Samuel George Morton buscava na ciência a comprovação da hipótese “de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida objetivamente através das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho”²³. Nesse sentido, Morton interessou-se substancialmente pelos grupos indígenas americanos e publicou, em 1839, o *Crania Americana*, um livro ricamente ilustrado que busca comprovar, pelas medições de 144 crânios, a inferioridade do intelecto dos indígenas e, conseqüentemente, a incapacidade desses grupos de adaptarem-se à civilização e à educação. Em sua obra “A falsa medida do homem”, já citada anteriormente, Gould se propõe a refazer os procedimentos adotados por Morton e outros cientistas para provar a inexatidão dos dados e a falsidade das informações ali contidas, que estariam a serviço da construção de uma narrativa de inferiorização do “outro” não europeu, justificando a subalternização de grupos indígenas e africanos nos países colonizados.

No Brasil do século XIX, o Museu Nacional se consolidou como uma das mais importantes e influentes instituições científicas que desenvolveram estudos na área da Antropologia e da Antropologia Física, tendo os grupos indígenas como os principais objetos de estudo. No próximo capítulo abordaremos os estudos antropológicos desenvolvidos pelo Museu Nacional durante a segunda metade do século XIX, tendo como recorte temporal a gestão do diretor Ladislau Netto à frente da instituição.

²³ GOULD, Stephen Jay. Op Cit., p. 40.

CAPÍTULO 2

O Museu Nacional na gestão de Ladislau Netto e os estudos antropológicos

O objetivo deste capítulo é destacar a atuação que o Museu Nacional do Rio de Janeiro teve no pioneirismo de pesquisas em Antropologia e áreas correlatas, como Etnologia e Arqueologia. Tais estudos, comprometidos com teorias biológicas, darwinistas e evolucionistas tão em voga na Europa no século XIX, procuravam investigar desde as origens do homem até as possibilidades de “civilizar” grupos indígenas tidos como selvagens e desprovidos de inteligência, conforme viemos discutindo no capítulo anterior.

Como o próprio título deste capítulo sugere, o foco de minha análise está no período compreendido pela gestão do diretor Ladislau Netto (1876-1893), principal responsável por alavancar as pesquisas científicas e antropológicas no Museu Nacional. Netto, que já era funcionário do museu desde 1866, dez anos depois assumiu o cargo de diretor geral da instituição e promoveu importantes e significativas mudanças em seus quadros organizacionais e administrativos, estabelecendo novas seções e novas frentes de atuação, instituindo cursos e criando uma das principais revistas científicas brasileiras do século XIX, a *Archivos do Museu Nacional*.

Nessa proposta de pesquisa, busco trilhar o caminho aberto por historiadores, antropólogos e museólogos em alguns trabalhos acadêmicos que tratam do Museu Nacional, suas coleções e seus cientistas pesquisadores, em uma análise bibliográfica sobre o tema. De forma complementar, me dispus a analisar também algumas fontes do período, a exemplo do Decreto 6116 de 1876, que dispõe sobre um importante regulamento do Museu Nacional, e também os estudos antropológicos de João Batista Lacerda e José Rodrigues Peixoto, publicados na *Revista Archivos do Museu Nacional*, atualmente disponíveis na Biblioteca Digital da instituição.

2.1. O Museu Nacional e sua consolidação como instituição científica no século XIX.

DECRETO – 6 de junho de 1818

Crêa um Museu nesta Côrte, e manda que elle seja estabelecido em um predio do Campo de Sant'Anna que manda comprar e incorporar aos proprios da Corôa.

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das sciencias naturaes do Reino do Brazil, que encerra em si milhares de objectos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em beneficio do commércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciaes de riqueza: Hei por bem que nesta Côrte se estabeleça hum Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, machinas e gabinetes que já existem dispersos logares; (...)²⁴

A citação que inaugura esse tópico é uma transcrição do Decreto Imperial datado de 6 de junho de 1818, instituindo a criação do Museu Real no Campo de Sant'Anna, na cidade do Rio de Janeiro. O referido decreto, assinado por Dom João VI, já trazia apontamentos do que se esperava da instituição ora criada: um museu que reunisse em seu acervo objetos de diversos lugares e que se tornasse referência para os conhecimentos e estudos das ciências naturais na colônia portuguesa no Novo Mundo.

No entanto, vale a pena mencionar que a história do Museu Real, que futuramente viria a se chamar Museu Nacional, remonta ao fim do século XVIII, quando foi criada a Casa de História Natural, também conhecida por Casa dos Pássaros, em 1784. O propósito desta instituição era principalmente a coleta, armazenamento e envio de espécies naturais da fauna e da flora brasileira, assim como adornos e produtos indígenas, para a sede do governo em Portugal, atividades desempenhadas durante quase seus trinta anos de funcionamento.

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808 e a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a necessidade de haver um entreposto colonial foi revista e a criação de museus e jardins botânicos passou a ser inserida no projeto imperial de modernizar e civilizar o país, conforme apresentamos no capítulo anterior. Nessa perspectiva, criou-se

²⁴ Decreto de criação do Museu Real, 6 de junho de 1818 *apud* KUBRUSLY, Ricardo Silva; SILVA, Paulo Vinícius. O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no Brasil oitocentista. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho de 2011.

na capital imperial o Museu Real de História Natural, que mais tarde veio a se chamar Museu Nacional e que se consolidou como um museu metropolitano e de caráter universal.

Em suas primeiras décadas de existência, o Museu Nacional contava principalmente com o apoio dos governos locais para compor seu acervo e suas coleções, e passou a receber remessas de espécies da flora e fauna de cada região e também de outras nações do império português. Nas palavras da historiadora das ciências Maria Margaret Lopes,

Por um lado o Museu do Rio de Janeiro se constituiria, como Museu Metropolitano, em centro receptor dos produtos das províncias brasileiras e possessões do “ultramar” e manteria intercâmbio com outras nações para dispor de coleções de caráter universal.²⁵

Ao passo que o museu recebia objetos e espécies que iriam compor as suas coleções de história natural, este intercâmbio com outras nações contribuía para inserir o museu no circuito de instituições científicas. Nesse sentido, naturalistas estrangeiros e viajantes também passaram a coletar produtos naturais para o museu a partir de apoio financeiro do governo imperial.

De acordo com o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Museu na virada do século XX para o XXI, Luis Fernando Dias Duarte, nos seus primeiros anos a instituição era “mais propriamente um ‘gabinete de curiosidades’ público do que o ‘museu de história natural’ em que se transformaria paulatinamente, no momento e ritmo mesmo em que idêntico processo se consolidava nas metrópoles avançadas”²⁶. Ainda segundo o autor, o Museu tornou-se parte importante da vida cultural na Corte e passou a realizar exposições abertas ao público mesmo antes da independência em 1822, atividade que desempenhou intermitentemente ao longo desse século.

Em 1842, a partir de um novo regulamento, o Museu Nacional criou uma nova seção destinada à Numismática, Artes liberais, Arqueologia, Usos e costumes das

²⁵ LOPES, Maria Margaret. Op. Cit., p. 47.

²⁶ DUARTE, Luis Fernando Dias. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. In: **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, jan./abr. 2019, p. 362.

nações antigas e modernas, que se somaria às três seções já existentes: Anatomia Comparada e Zoologia; Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; e Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas. Maria Margaret Lopes destaca que, destarte as indecisões e disputas em torno deste regulamento, este acabou representando um momento importante na trajetória do Museu, pois trouxe definições quanto às especializações e áreas de atuação institucional e, conseqüentemente, da significação de sua vocação científica²⁷.

O acréscimo desta 4ª seção mostrava que o interesse científico da instituição estava indo além das ciências naturais e estendendo-se para os estudos do homem e seus costumes. Trata-se de um primeiro passo rumo à consolidação dos estudos antropológicos que, alguns anos mais tarde, ganhariam ainda maior destaque na atuação do Museu Nacional.

Paralelamente à atuação do Museu Nacional, mas de forma complementar aos seus interesses, este período foi também marcado pelas viagens de cientistas e naturalistas promovidas pelo governo de D. Pedro II. Aqui, abrimos um pequeno parêntese para destacar o evidente interesse do monarca pelas ciências, a partir da perspectiva de que estas abriam os caminhos para o conhecimento e, assim, para a civilização. Nesse sentido, D. Pedro II era um grande entusiasta do Museu Nacional, participando presencialmente de experimentos científicos realizados pela instituição, bem como de suas exposições.

A imprensa da época frequentemente noticiava as visitas do imperador ao Museu, seja para prestigiar suas exposições, seja para conferir o andamento das pesquisas e procedimentos realizados em seus laboratórios. Assim, o *Jornal do Commercio*, o jornal *A Nação*, a *Revista Ilustrada*, dentre outros, comumente destinavam um espaço para comentar a agenda de Dom Pedro e os locais em que circulava. Um exemplo disso está nesse trecho retirado do *Jornal do Commercio* do dia 10 de setembro de 1880:

Ontem o S. M. o Imperador e o S. Ex. o Sr. Ministro da Agricultura visitaram o Museu Nacional, demorando-se algum tempo, especialmente no laboratório de fisiologia experimental, onde algumas experiências foram feitas em continuação das que têm sido empreendidas para esclarecimento de vários assuntos que mais interessam a fisiologia e a biologia

²⁷ LOPES, Maria Margaret. Op. Cit., p. 85-92.

experimental. (...) O Museu Nacional, que tão vantajosamente se vai recomendando aos brasileiros mais ilustrados e que mais compreendem o alcance que dos trabalhos ali se fazem, tem sido ultimamente visitado por alguns senadores, a cujos olhos não terá sido, com certeza, desconhecido o progresso por que tem passado, nestes últimos anos, aquele estabelecimento de tão ativo presente quanto glorioso futuro²⁸.

Na literatura sobre a história das ciências no século XIX é comum encontrarmos menções e destaques à importância do interesse e mecenato de Dom Pedro II para o desenvolvimento dos empreendimentos científicos do Brasil neste período. Como já comentamos no capítulo anterior, o compromisso do imperador com os ideais de progresso e civilização do país pautaram muitas de suas ações e fomento às atividades científicas. Neste trecho do *Jornal do Commercio*, observamos esse teor de ilustração dado ao Museu Nacional enquanto uma instituição científica consolidada e celebrada pelo monarca.

Nesse contexto, é importante destacar que as viagens e expedições científicas do século XIX, muitas delas subvencionadas pelo governo imperial, tinham um caráter exploratório em relação à fauna e flora brasileiras, mas passaram também a alargar as fronteiras já descobertas e estreitar o contato com os povos indígenas. A historiadora das ciências Heloísa Domingues destaca a atividade de “mapear o exótico” como uma frente de atuação das áreas de geografia, etnologia e antropologia²⁹. Pretendia-se, a partir do contato com esses povos, descrevê-los fisicamente, analisar seu caráter moral e intelectual, suas línguas, costumes e tradições, além de coletar seus objetos, artefatos e fósseis para figurarem na coleção dos museus e instituições científicas.

Assim, ao longo do século XIX, foram realizados no Brasil alguns trabalhos de classificação dos indígenas a partir de critérios como a organização social e familiar, crenças, costumes, aspectos das línguas, técnicas de criação de objetos, modos de subsistência, além de critérios essencialmente físicos que analisavam o porte, a dentição e as medidas antropométricas, conforme discutiremos a seguir ao comentarmos os esforços empreendidos pelo Museu Nacional na área de antropologia, etnografia e arqueologia. .

²⁸ *Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1880.

²⁹ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A geografia e o exótico brasileiro. In: **Terra Brasilis 2**, 2000.

Nesse contexto das viagens, ressalta-se a importância da Comissão Científica do Ceará, levada a cabo entre os anos 1859 e 1861. Trata-se de uma expedição científica empreendida pelo Museu Nacional juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) com a proposta realizar coletas de plantas e animais, descrever ocorrências geográficas e conhecer os povos habitantes do interior do Norte e Nordeste. O destaque que damos a esta comissão neste trabalho de pesquisa se deve sobretudo à frente etnográfica da expedição, chefiada por Antônio Gonçalves Dias. Em uma carta de Dias analisada pela historiadora Adriana Keuller, fica evidente o contato do cientista com os métodos e técnicas utilizados pela antropometria e a proposta do uso dessas técnicas com os povos indígenas. Nesta carta, ele faz uma solicitação formal de instrumentos que seriam usados para medição dos tipos humanos encontrados, como o cefalômetro, craniômetro, goniômetro facial e o dinamômetro³⁰. Keuller aponta que a Comissão Científica do Ceará deu grande impulso aos estudos antropológicos no Brasil e que:

Apesar dos contratempos e controvérsias que foram geradas nos anos da expedição entre seus membros e com a imprensa da Corte e do suposto naufrágio das amostras coletadas e anotações de viagens, o Museu Nacional foi a instituição que mais se aproveitou dos subsídios gerados pela Comissão Científica do Ceará, cujos livros, instrumentos e materiais aumentaram largamente seu acervo científico no país. O debate de construção da nação e da identidade nacional estava implícito no trabalho desenvolvido pela Comissão que ao promover o progresso de um Império moderno e civilizado, baseado em mão de obra escrava, buscava também reconhecer o lugar do índio nesse contexto.³¹

Sendo assim, os materiais coletados pela expedição passaram a compor o acervo do Museu Nacional e tornaram-se também objetos das pesquisas científicas realizadas pela instituição. As pesquisas na área da antropologia, que começaram a receber maior atenção pelo Museu a partir dos resultados da Comissão, foram gradativamente ganhando espaço na instituição até ganhar uma seção própria em 1976, implementada pelo Diretor Ladislau Netto.

³⁰ Carta de Dias para Capanema (nº134), 03/09/1857. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 84, 1964, apud KEULLER, Op Cit, p. 59.

³¹ KEULLER, Adriana. Op Cit, p. 62.

2.2. Ladislau Netto e o florescimento da Antropologia no Museu Nacional

O período em que Ladislau Netto esteve à frente da Direção Geral do Museu Nacional foi considerado, por alguns de seus pares, a “época de ouro” da instituição. Em uma publicação destinada a contar a história do museu a partir dos feitos de seus diretores e apoiando-se em uma larga documentação institucional, João Batista Lacerda, colega de Netto, pesquisador de renome e diretor do museu entre 1895 a 1915, afirma neste texto datado de 1905 que:

Foi este o início do período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele cresceu muito no valor do cabedal que possuía e na reputação científica que já havia adquirido, até nivelar-se com as melhores instituições congêneres existentes em outros países da Europa e da América. Após aquela reforma {1876} veio o que se poderia com razão chamar a idade de ouro do Museu Nacional.³²

Ao analisar a bibliografia que trata sobre as instituições científicas do século XIX no Brasil, o nome de Ladislau Netto muitas vezes aparece em destaque quando a discussão está centrada nas atividades realizadas pelo Museu Nacional. Mesmo tendo uma atuação considerada polêmica e vista de forma controversa pelos pesquisadores de sua época, são evidentes os esforços de Netto em consolidar o museu enquanto instituição científica de referência, tanto nacional como internacionalmente.

Ladislau de Souza Mello Netto nasceu no estado do Alagoas em 1838 e, como a grande parte dos intelectuais brasileiros do século XIX, teve parte de sua formação consolidada na Europa. Tornou-se doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne, na França, e desenvolveu grande parte de seus estudos na área de botânica.

No entanto, ainda antes de partir para a Europa, seu interesse pelo desenho levou-o a estudar na Academia de Belas Artes entre os anos 1857 e 1859. Apesar de não ter finalizados os estudos, Ladislau Netto teve a oportunidade de participar como desenhista e cartógrafo de uma expedição científica de estudos hidrográficos do Alto São Francisco. Talvez essas primeiras expedições tenham aflorado em Ladislau Netto

³² LACERDA, João Batista. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**: recordações históricas e científicas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 37.

seu interesse cada vez maior pela área da antropologia e pelo estudo dos povos originários do território brasileiro.

Partiu do Imperador Dom Pedro II o convite para Ladislau Netto integrar os quadros científicos do Museu Nacional e, assim, em 1866 ele foi nomeado para o cargo de diretor da Seção de Botânica da instituição. Desde então sua trajetória dentro do museu foi se consolidando e Netto foi adquirindo notoriedade como cientista, pesquisador e diretor do Museu. Maria Margaret Lopes, em seu estudo sobre o papel dos museus nas pesquisas em ciências naturais no século XIX dedica alguns tópicos de seu trabalho para destacar a atuação de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional. A autora afirma que:

Esse conjunto de trabalhos, incremento de coleções e intercâmbios internacionais, que constituíam o dia a dia da prática científica no Museu Nacional, evidenciam de fato o quanto Netto dinamizou o museu, apoiado em sua visão ampla acerca das necessidades requeridas pelas ciências de sua época.³³

É de autoria de Ladislau Netto os principais regulamentos e reformas administrativas realizadas pelo Museu Nacional, bem como a consolidação e inserção da instituição no cenário científico do século XIX a partir da publicação de suas pesquisas e dos cursos ofertados para a comunidade científica.

No mesmo ano em que tomou posse como diretor do Museu Nacional, Ladislau assumiu como meta institucional a divulgação das pesquisas e experimentos realizados no museu, buscando, dessa forma, atrair e aumentar o interesse de especialistas nas áreas de ciências naturais e de antropologia. Para tanto, criou por meio de regulamento interno a Revista *Archivos do Museu Nacional*, que pretendia ter uma periodicidade trimestral. Em sua dissertação de mestrado, Michele Agostinho analisa a produção, a circulação e a recepção da Revista a partir da data de sua criação, em 1876 até o ano de 1887. Para esta pesquisadora:

A publicação dos Archivos representou a criação de um importante canal de difusão científica e, inevitavelmente, de validação da ciência produzida no Museu Nacional. Isso

³³ LOPES, Maria Margaret. Op cit., pp.178-179.

porque a publicação confere legitimidade à produção científica na medida em que favorece o debate entre os especialistas sobre os riscos, (in)certezas e possíveis aplicações do conhecimento. (...) Portanto, a revista *Arquivos do Museu Nacional* era não só um espaço destinado à difusão científica, mas também um bem simbólico capaz de promover a consagração e legitimação dos seus produtores, de conferir uma identidade à ciência nacional e de apresentar, por meio do Museu Nacional, os progressos alçados pelo Império do Brasil.³⁴

Dessa forma, a publicação de uma revista científica a partir das atividades e pesquisas desenvolvidas pelo Museu contribuiu significativamente para a sua consolidação e prestígio, não apenas em nível nacional, mas também internacionalmente. Os números publicados da Revista *Archivos do Museu Nacional* estão disponíveis na Biblioteca Digital do museu e constituem uma rica fonte de pesquisa sobre o pensamento científico no século XIX e início do século XX.

Uma outra iniciativa significativa tomada por Ladislau Netto quando se tornou diretor do Museu Nacional foi empreender uma reforma institucional, por meio do Decreto 6116 de 9 de fevereiro de 1876. Além da criação de concursos públicos para provimento dos cargos no Museu, organização da Revista *Archivos do Museu Nacional*, o referido Decreto traz duas questões que nos interessam especificamente neste trabalho: a realização de cursos públicos e as alterações na estrutura organizacional da instituição. Sobre os cursos públicos, o Decreto 6116 dispõe:

Art. 16 - O ensino scientifico, a que é destinado o Museu Nacional, será dado em cursos públicos e gratuitos por meio de prelecções, que serão feitas pelos Directores de secção e Sub-Directores. Estas prelecções, que se effectuarão à noite nos salões do edificio, começarão a 1 de Março e terminarão a 31 de outubro. Cada matéria será professada em uma lição semanal, pelo menos.³⁵

Assim, no mesmo ano de publicação do decreto foi iniciado, dentre outros, o Curso de Antropologia. Ministrado em 14 lições por João Batista Lacerda, este foi o

³⁴ AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista**: a produção, a circulação e a recepção da Revista *Arquivos do Museu Nacional*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2014, pp. 35-36.

³⁵ Decreto Imperial nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876. In: **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1876**. Tomo XXXIX. Parte II, Vol. 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

primeiro curso de antropologia do Brasil e foi representativo da importância que esta área ganhava no museu a partir da gestão de Ladislau Netto. De acordo com os apontamentos de Castro Faria³⁶, este curso tratava de assuntos como anatomia e fisiologia humana, mas também abordava alguns dos problemas sociais em destaque naquele momento, como o período de estiagem no Nordeste, a alimentação e a fome que assolava a população. No nº 2 da Revista *Archivos do Museu Nacional*, publicada em 1877, é possível ler o resumo do Curso de Antropologia e os principais temas tratados por Lacerda para seu público “composto, na sua maior parte, de pessoas estranhas aos conhecimentos anatomo-physiologicos, os quaes constituem a base principal da anthropologia”³⁷.

O crescente interesse pelos estudos antropológicos também se fez presente na reforma da estrutura organizacional do Museu implementada por meio do Decreto 6116. Ladislau Netto extingue a 4ª seção que comentamos anteriormente, destinada a numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas, e estabelece uma nova seção que incorpora a antropologia, juntamente com a zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal. Em uma seção anexa, Netto encaixa a arqueologia, etnografia e numismática.

A importância que a Antropologia ganhou na gestão de Ladislau Netto já se refletiu no primeiro número da Revista *Archivos do Museu Nacional*, publicada ainda no ano de 1876. A maioria dos artigos ali publicados apresentam estudos sobre os sambaquis do Pará e sul do país, sobre “as tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó”, a “descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional”, evidenciando o interesse nos estudos dos povos indígenas, seus hábitos e costumes. No entanto, o artigo deste primeiro número da Revista que ganhou uma grande repercussão na comunidade científica é assinado por João Batista Lacerda e José Rodrigues Peixoto e foi intitulado “Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brazil”³⁸.

³⁶ FARIA, Luis de Castro. Op. Cit., 1998, p. 20.

³⁷ LACERDA, João Batista. Curso de Antropologia. In: **Archivos do Museu Nacional**. Nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877, p. 165.

³⁸ LACERDA, João Batista; PEIXOTO, José Rodrigues. Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brazil. In: **Archivos do Museu Nacional**. Nº 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

Ainda no prólogo do artigo, os autores falam do imenso campo de investigação científica que é a Antropologia, destacam as contribuições da craniologia para os estudos das raças humanas e prestam homenagens aos pesquisadores estrangeiros Morton, Broca e Quatrefages pelas contribuições dadas à área. Ainda no prólogo, apresentam aos leitores o rigor científico da pesquisa ora descrita, que assenta seus fundamentos nas bases da Antropologia Física:

O trabalho que vamos submeter à apreciação do mundo científico é apenas uma contribuição para o estudo anthropologico das raças indígenas do Brazil; quizemos aproveitar da resumida collecção da craneos, que possui o Museu Nacional, esses poucos elementos que ahí estavam esquecidos e que bem aproveitados podem constituir a base de estudos mais complexos no futuro. Não poupamos esforços para imprimir o verdadeiro cunho científico ao nosso trabalho; as medidas craniometricas foram tomadas com extremo cuidado e verificadas repetidas vezes afim de excluir toda a causa de erro. Fazemos proceder a descripção dos craneos algumas considerações geraes sobre os Botocudos, cujos caracteres physicos exteriores, tirados à descripção de alguns autores, devem constituir uma parte complementar dos nossos estudos anatômicos.³⁹

Na descrição que os autores fazem dos Botocudos, está impressa a visão deste “Outro” selvagem, muitas vezes indomável, dada a resistência à catequese e ao trabalho, e também ao “caracter excessivamente desconfiado e vingativo”⁴⁰. As medições craniométricas, apresentadas em detalhe no artigo, vêm contribuir para as conclusões dos autores em relação ao destacado “grao de inferioridade intelectual”, e aptidões limitadas que impediriam os Botocudos de seguir o caminho da civilização.

Observa-se na análise deste texto científico de Peixoto e Lacerda, a inserção dos autores nos debates evolucionistas que, como discutimos no capítulo anterior, procuravam encontrar nas culturas ameríndias e africanas, exemplos de estágios civilizatórios atrasados. A antropologia praticada por estes cientistas do século XIX, portanto, contribuía para reafirmar os ideais de civilização que emergia no Brasil Imperial e, pela científicação dos estudos dos indígenas, reafirmava a inferioridade desses povos e a impossibilidade de inseri-los na sociedade.

³⁹ LACERDA, João Baptista de; PEIXOTO, José Rodrigues. Op. Cit., p. 48.

⁴⁰ Idem, p. 49.

Uma outra questão que vale a pena destacar é a diferenciação feita pelos autores entre os povos Tupi e os Botocudos. Os primeiros estariam um pouco acima dos segundos em uma hierarquia racial, visto que estes estavam em um estágio considerado menos primitivo. O antropólogo John Manuel Monteiro, em uma reflexão interessante sobre o pensamento racial sobre os indígenas no período imperial, destaca esse olhar dúbio destinado aos indígenas. Enquanto os Tupis eram associados a um índio histórico, mítico e romântico, os Botocudos representavam a selvageria e o atraso. Em suas palavras:

Tema de presença constante no pensamento brasileiro do século XIX, o contraste entre o índio histórico, matriz da nacionalidade, tupi por excelência, extinto de preferência, e o índio contemporâneo, integrante das “hordas selvagens” que erravam pelos sertões incultos, ganhava, pouco a pouco, ares de ciência.⁴¹

Monteiro afirma a existência de duas vertentes de pensamento sobre os indígenas latentes no Império. Uma delas se apoia na literatura científica europeia sobre raças antropológicas e raças históricas, que destacava uma série de características consideradas positivas dos povos nativos e que, por meio da mestiçagem, contribuía para a especificidade da formação do povo brasileiro. A outra vertente, também, baseada na literatura científica estrangeira, se apoiava nos atributos negativos desses mesmos povos, apontando sua pretensa inferioridade moral e intelectual para justificar argumentos em prol de seu extermínio.

As pesquisas de Peixoto e Lacerda se situariam nitidamente nessa segunda vertente apontada por Monteiro, que buscaram num discurso científico baseado em experimentos concretos (no caso as medições físicas de esqueletos de indígenas), para construir a argumentação sobre o baixo nível evolutivo desses povos.

De acordo com os historiadores Johnni Langer e Luiz Fernando Rankel, esta análise sobre os indígenas brasileiros publicada na estreia da Revista Archivos do Museu Nacional foi um dos definidores teóricos que moldou a imagem desses povos, extrapolando os domínios científicos e acadêmicos para conquistar o interesse de toda a

⁴¹ MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995, p. 15.

sociedade⁴², como veremos no próximo capítulo ao discutirmos a Exposição Antropológica levada à cabo pelo Museu Nacional em 1882.

Seguindo mais adiante na história institucional do Museu durante a gestão de Ladislau Netto, destacamos um novo regulamento implementado em 1888, que propunha uma estrutura organizacional de acordo com as novas áreas e especialidades que ganhavam espaço na instituição. Assim, este ato administrativo nos chama a atenção por criar uma 4ª seção no Museu Nacional composta por Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

A criação desta 4ª seção no regulamento de 1888 é reflexo do grande sucesso alcançado pela Exposição Antropológica Brasileira, realizada alguns anos antes e pelo crescente interesse de Ladislau Netto por estas áreas. Em sua tese de doutorado, a historiadora Adriana Keuller reservou um tópico para comentar as expedições científicas realizadas pela 1ª/4ª seção entre os anos de 1876 até 1889, período que abrange a gestão de Netto. Em relação a essas expedições, a autora conclui que:

A busca pela origem do homem americano, assunto corrente no meio científico, estava sempre presentes nas muitas expedições científicas que se ocuparam, especificamente, em pesquisar a antiguidade indígena brasileira. A coleta de materiais variava de ossos e urnas funerárias, a pedaços de artefatos cerâmicos, buscando coligir a maior quantidade de objetos e informações de tribos passadas e remanescentes. Muitos dos ossos, esqueletos e urnas funerárias eram encontrados nos chamados sambaquis, montanhas de restos ósseos e conchas situadas em regiões litorâneas.⁴³

A partir do levantamento feito por Keuller, é possível identificar que foram realizadas seis expedições científicas no período mencionado. Dessas seis, cinco se destinaram às regiões Norte e Nordeste do país, em sua maioria no Pará, Amazonas, Alagoas e em Fernando de Noronha, Pernambuco. A exceção foi a expedição realizada em 1880 para o Paraná, que teve como objetivo explorar os sambaquis e coletar seus objetos.

⁴² LANGER, Johnni; Luis Fernando Rankel. Cultura material e civilização: a exposição antropológica de 1882. In: **Cadernos do CEOM, Ano 19, n. 24, 2006.**

⁴³ KEULLER, Adriana. Op. Cit., pp 93-93.

O grande interesse de Ladislau Netto pela Antropologia e Arqueologia levou o diretor do Museu Nacional a acompanhar pessoalmente duas dessas expedições. Em 1877, Netto participou da expedição para Alagoas para fazer pesquisas arqueológicas na região. Entre os anos de 1881 e 1882, o diretor, dessa vez acompanhado por uma comitiva de pesquisadores, se dirigiu ao Norte do país para fazer suas buscas e pesquisas arqueológicas. Na Ilha de Marajó os expedicionários exploraram necrópoles, urnas funerárias e arte cerâmica. No sul do Pará foram recolhidos vestígios da vida primitiva dos Tupis em aldeamentos Turinaras e Tembés. No vale superior do Rio Capim o grupo coligiu também alguns artefatos e esqueletos. As informações dessas expedições constam nos Relatórios Ministeriais, Livros de Assentamentos, Atas da Congregação e publicações feitas na Revista *Archivos do Museu Nacional*, analisados por Keuller e ordenados pela autora em uma explicativa tabela⁴⁴ que nos informa o ano da expedição, o local, os participantes, os objetivos e o local de publicação dos relatórios.

Para o nosso estudo em tela, destacamos a importância particular que teve a expedição levada à cabo entre os anos 1881 e 1882 para a Região Norte. Tal expedição, realizada às vésperas da Exposição Antropológica Brasileira, teve dentre seus objetivos principais a coleta de objetos e artefatos indígenas, assim como fósseis e ossos desses povos originários. Todo esse material coletado ampliou largamente a coleção arqueológica do Museu Nacional e, juntamente com objetos e materiais similares enviados por governos das províncias, por instituições ou mesmo por particulares, contribuíram para compor a narrativa da Exposição Antropológica, que será analisada de forma mais detida no capítulo 3.

Estes trabalhos de campo realizados por Ladislau Netto e sua equipe nas expedições científicas do museu levaram o diretor a destacar a importância e ser o pioneiro na proposição de um sistema de controle sobre os sítios arqueológicos descobertos na Ilha de Marajó e no Vale do Amazonas em 1888, conforme afirma Luiz Fernando Duarte⁴⁵. Apesar de o autor não se deter na explicação sobre como seria esse sistema de controle pensado por Netto, é possível inferir que este demonstrava uma preocupação na preservação desses espaços dado o reconhecimento de seu valor para os estudos arqueológicos realizados pelo Museu Nacional.

⁴⁴ Idem, p. 93.

⁴⁵ DUARTE, Luis Fernando. Op. Cit., p. 365.

De forma geral, a partir desta pesquisa bibliográfica sobre a atuação de Ladislau Netto frente ao Museu Nacional, fica clara a importância que este teve para o desenvolvimento das ciências no Brasil no século XIX, com destaque para áreas de Arqueologia, Etnografia e Antropologia, que ganharam cada vez mais espaço e visibilidade na instituição. No que diz respeito a Antropologia, Maria Margaret Lopes conclui que:

(...) consideramos que o seu desenvolvimento se ocorreu pelo interesse particular do diretor, deve-se também a sua compreensão abrangente do papel que o Museu Nacional poderia cumprir no panorama internacional, ressaltando-se por uma particularidade local, ainda não totalmente estudada – a “raça” brasileira. Significou, também, uma consolidação desse campo de estudos no país, já mais amplamente reconhecido, refletindo uma situação bastante diferente daquela em que, em meados do século, os senadores do império propuseram sua extinção das divisões do museu.⁴⁶

Esta consolidação de que nos fala a autora se reflete não só na criação das seções destinadas a estas áreas na estrutura organizacional do Museu, mas também ao aumento significativo de pesquisas publicadas na Revista *Archivos do Museu Nacional* e em outros periódicos científicos nacionais e estrangeiros. Talvez a grande celebração da força e visibilidade que a Antropologia ganhava na instituição e aos olhos da sociedade ilustrada tenha sido a Exposição Antropológica Brasileira, sobre a qual nos deteremos a seguir.

Para finalizar nossa discussão neste tópico, vale mencionar de forma breve que ao longo do século XIX os estudos na área de Antropologia foram gradualmente conquistando espaço no Brasil, geralmente relacionados também às questões sociais que demonstravam as preocupações com a miscigenação e os impasses que os grupos originários representavam ao processo civilizatório tão almejado pelo governo imperial. Nesse sentido, é importante destacar que o Museu Nacional não era uma voz **única** ~~uníssona~~ na cientificação das teorias raciais fundamentadas na Antropologia. Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, o Museu Paulista também se estabeleceu como uma instituição científica que desenvolvia pesquisas no campo da antropologia. Pautado em interpretações evolucionistas, o diretor da instituição na virada do século, Herman von Ihering, pregava publicamente o extermínio de grupos

⁴⁶ LOPES, Maria Margaret. Op. Cit., p. 179.

indígenas que estariam impedindo ou atrapalhando o caminho do país rumo ao progresso e a civilização⁴⁷. Também na última década do século XIX, o Museu Paraense passa a figurar dentre as instituições científicas brasileiras. Suas pesquisas eram mais voltadas para áreas de Botânica e Zoologia e, apesar de algumas pretensões teóricas de seu diretor Emílio Goeldi acerca do evolucionismo e do caminho a ser trilhado pelas raças humanas em direção a estágios civilizatórios mais avançados, este museu publicou alguns estudos na área de Antropologia e Arqueologia, dando também a sua contribuição ao campo⁴⁸.

⁴⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., p. 107.

⁴⁸ Idem, p. 113.

CAPÍTULO 3

A Exposição Antropológica Brasileira de 1882

O interesse em estudar a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 nasce a partir da percepção de que esta foi uma espécie de vitrine, uma culminação dos esforços empreendidos pelo Museu Nacional ao longo do século XIX em relação às suas pesquisas nas áreas de Antropologia, Etnografia e Arqueologia. A meu ver, essa exposição pode ser analisada sob diferentes vieses, não só no campo da Museologia, mas também da História, da Antropologia, das Ciências Sociais, dada a riqueza de fontes e materiais a serem explorados.

Ao fazer um levantamento bibliográfico sobre a Exposição, percebi que esta aparece de forma tangencial em muitos trabalhos, portanto, sem grandes aprofundamentos e análises. A maior parte da bibliografia já trabalhada neste TCC, como a tese de doutorado de Adriana Keuller sobre os estudos de Antropologia Física no Museu Nacional, os “Escritos exumados” de Luis Castro de Faria, a densa pesquisa de Maria Margaret Lopes sobre a pesquisa científica nos museus do século XIX, o “Espetáculo das raças”, de Lilia Schwarcz, e outros artigos já abordados no presente trabalho, mencionam e, em alguns casos, até destinam algumas páginas e tópicos de análise para falar sobre o evento realizado pelo Museu Nacional.

No entanto, observa-se que poucos estudiosos se detiveram a pesquisá-la com mais profundidade, como tema principal de seus estudos. Nesse sentido, destacamos aqui alguns autores que trouxeram importantes aportes às pesquisas sobre a Exposição e que serão interpelados neste capítulo. A tese de doutorado de Michele Agostinho, defendida em 2020 no Programa de Pós Graduação em História da UERJ trata especificamente da Exposição Antropológica de 1882 e se configura como uma grande contribuição ao tema. Destaco também o artigo de Jens Andermann, que fez uma abordagem do evento a partir de uma perspectiva da cultura visual, trabalhando as narrativas criadas por meio das representações visuais indígenas lá expostas. A tese da museóloga Fátima Nascimento também é um importante material a ser estudado pois, mesmo que não aborde especificamente a Exposição de 1882, tem como foco a formação de um acervo relacionado à produção humana no Museu Nacional do século XIX. Intitulada “A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional,

século XIX”, esta pesquisa, apresentada em 2009 no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRJ, se debruça mais propriamente na análise das coleções antropológicas e etnográficas e as formas de divulgação dessas coleções ao público, ou seja, as exposições.

Este capítulo busca sustentação teórica nesses autores acima citados, mas também pretende apresentar uma análise própria da Exposição Antropológica feita a partir de seus principais materiais: o Guia da Exposição e a Revista da Exposição Antropológica Brasileira, organizada por Mello Moraes Filho por ocasião da realização deste importante evento no Museu Nacional. Um olhar também será dado às notícias e divulgações deste evento nos principais jornais da época que, de certa forma, contribuíram para construir uma narrativa da exposição para a sociedade.

3.1. Preparando a Exposição

Uma exposição exige preparação e planejamento para atingir a sua finalidade, que é promover o encontro da sociedade com seu patrimônio ou, numa concepção mais restrita, entre os sujeitos e os objetos. Mesmo que o entendimento acerca do que é uma exposição tenha se ampliado significativamente do século XIX até a atualidade, incorporando novas formas de interação e participação dos públicos com os objetos expostos, estabelece-se que esta é uma atividade que pretende comunicar uma narrativa aos seus visitantes. Nas palavras da museóloga Marília Xavier Cury:

As exposições são concebidas com vistas às experiências do público. Exposição é, didaticamente falando, conteúdo e forma, sendo que o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção de comunicação como interação. A forma da exposição diz respeito à maneira como vamos organizá-la, considerando a organização do tema (enfoque temático e seu desenvolvimento), a seleção e articulação dos objetos, a elaboração de seu desenho (a elaboração espacial e visual) associados a outras estratégias que juntas revestem a exposição de qualidades sensoriais.⁴⁹

⁴⁹ CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005, p. 42.

Sendo assim, as exposições são narrativas criadas a partir da organização dos objetos museológicos em torno de um determinado tema. A complexidade que envolve a preparação de uma exposição é reveladora do quanto certas produções culturais e/ou científicas espelham um jogo de poder, fazendo com que os museus sejam reflexos da sociedade onde estão inseridos. Nesse sentido, as perguntas que norteiam nossa problematização são: o que a Exposição Antropológica Brasileira revela sobre o Brasil oitocentista e as ciências no período? Que narrativa sobre os indígenas brasileiros é dada a ver nesta Exposição?

Como já citado no início do capítulo anterior, temos registros de que o Museu Nacional já fazia exposições desde antes da Independência do Brasil em 1822. Passados três anos de sua criação, em 1818, esse museu passou a ser aberto à visitação pública uma vez por semana (nas quintas feiras), recebendo, em 1858, autorização para abrir também aos domingos. Maria Margaret Lopes afirma que, neste início, as exposições se confundiam com o todo da instituição⁵⁰, fazendo uma ponte entre as coleções e os visitantes. Tudo era exposto e havia uma preocupação maior com a quantidade do que com a qualidade e o ordenamento dos objetos no museu.

Em sua tese de doutorado sobre a formação das coleções de produtos humanos, a museóloga Fátima Nascimento destina um capítulo inteiro para falar das exposições realizadas no Museu Nacional no século XIX, analisando documentos da instituição que se remetem a esta forma de divulgação de suas coleções. A preocupação com a iluminação dos acervos, com a organização em armários e com a separação das coleções por salas no prédio, evidentes em documentos das décadas de 1860 e 1870, revelam um cuidado cada vez mais crescente com a forma em que os objetos se apresentavam ao público. De acordo com a autora, uma das primeiras exposições temáticas realizadas pelo Museu Nacional tratou de expor artefatos coletados durante a Comissão Científica do Ceará, já comentada no capítulo anterior deste trabalho. Nascimento explica que:

Sobre a Exposição de Artefatos provenientes da província do Ceará, existem as seguintes notícias: uma delas publicada por Moreira de Azevedo, que nos descreve como sendo a primeira exposição de indústria que houve no Rio de Janeiro e se deu em um dos salões do Museu Nacional, de sete a quinze de setembro de 1861, com produtos naturais relativos à indústria, usos e costumes da província do Ceará colecionados pelo Dr. Manoel Ferreira Lagos, em suas excursões naquelas províncias,

⁵⁰ LOPES, Maria Margaret. Op. Cit., p.54.

na qualidade de membro da Comissão Científica do Império enviada às províncias do Norte. Desse ensaio de exposição, nasceu a ideia da grande Exposição de dois de dezembro de 1861. Exageros à parte, a exposição de produtos do Ceará vai funcionar como uma prévia e terá seu material incorporado à primeira Exposição Nacional.⁵¹

Observa-se, a partir da análise desta autora, que esta exposição apresentou objetos e artefatos etnográficos que posteriormente iriam compor a 4ª seção do museu. Assim, o visitante poderia encontrar coleções naturais, com abelhas e seus produtos, carnaúba e artefatos produzidos com seus insumos, como esteiras, cestas e chapéus. As rendas e crivos de Acati foram tratadas na exposição como produções indígenas, que figuraram ao lado de cerâmicas e esculturas de madeira, além de modelos de embarcações e jangadas do Ceará.

Destaca-se, ademais, que como apontado na citação acima, estes objetos também ajudaram a compor a Exposição Nacional de 1861, realizada em dezembro do mesmo ano na Escola Politécnica. Tal exposição, também comentada por Nascimento, destinou um espaço para também apresentar materiais e objetos indígenas, consolidando o interesse da sociedade em conhecer este “Outro” exótico e selvagem e viria a ser o foco principal da Exposição Antropológica de 1882.

Conforme já analisamos no capítulo anterior, o interesse do Museu Nacional pelas áreas de Antropologia, Etnografia e Arqueologia foi crescente durante a segunda metade do século XIX, o que se revelou em uma ampliação significativa das coleções da instituição relativas aos objetos e artefatos da indústria humana coletados durante esse período, sobretudo a partir das já comentadas expedições científicas, mas também do envio desses objetos pelos governadores das províncias.

A bibliografia que trata da Exposição Antropológica Brasileira mostra que esta já era intencionada por Ladislau Netto desde 1880. De acordo com Michele Agostinho, a ideia do diretor era realizar esta mostra juntamente com a Exposição de História do Brasil, que foi promovida em 1881 pela Biblioteca Nacional. Nas palavras da autora:

⁵¹ NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX**. Tese de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, pp. 97-98.

O interesse de Ladislau em promover as duas exposições concomitantemente não era aleatório: se a exposição de história apresentaria ao público o passado colonial, cuja escrita bem demarcava o espaço e o tempo, a de antropologia apresentaria o passado dos povos ágrafos, cuja inteligibilidade só seria possível por meio da etnografia. A segunda exposição, nas palavras de Ladislau, complementaria a primeira e ambas exibiriam assim uma narrativa sobre a formação nacional.⁵²

Entretanto, as demandas para a organização da Exposição Antropológica exigiram um tempo maior do que o inicialmente previsto por Netto, o que fez com que a sua inauguração fosse adiada para 1882. Mesmo realizadas em anos distintos, as mostras pareciam apresentar narrativas realmente complementares: enquanto a Exposição de História do Brasil era marcada pelos feitos dos portugueses, destacando personalidades de uma história ainda em construção, a segunda teve os indígenas como personagens principais, mesmo que a estes fosse negado o protagonismo da narrativa. Como destacado por Agostinho⁵³, os negros foram totalmente excluídos das duas exposições, algo bastante revelador de como a sociedade da época ignorava-os enquanto fundadores da nação brasileira,

Para a preparação da Exposição Antropológica, Ladislau Netto reuniu os objetos afetos ao tema da mostra constantes das coleções do museu, muitos deles coletados nas expedições científicas realizadas pela equipe da instituição e, algumas vezes, pelo próprio diretor. No entanto, Netto se ocupou de enriquecer ainda mais as coleções ao recorrer aos jornais solicitando ao público letrado a doação e envio de objetos e artefatos para compor a mostra, como também enviou ofícios circulares com instruções aos presidentes das províncias e uma listagem dos objetos que seriam de interesse da exposição.

Em uma análise dessas instruções preparadas por Ladislau Netto para solicitar aos governos e particulares o envio de objetos para compor a mostra, Michele Agostinho destaca o caráter classificatório dos objetos, que foram subdivididos em grupos, conforme a sua tipologia e função. Dessa forma, a área de Antropologia dividiu-se em três grupos: esqueletos e ossos dos aborígenes; múmias; colares de dentes e de

⁵² AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas**: história, ciência e poder na Exposição Antropológica de 1882. Tese de Doutorado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 89.

⁵³ Idem, p. 211.

ossos humanos. A área de Arqueologia também foi organizada em três grupos, quais sejam: objetos de pedra, como machados; objetos de argila, como vasos e urnas sepulcrais; e artefatos indígenas ornamentais. A área de Etnologia incluía o maior número de subdivisões, configurando-se em oito grupos, organizados sobretudo pela função dos objetos: objetos de guerra, como arcos e flechas; objetos de caça e pesca; objetos de penas ou ornatos; objetos usados em festividades, como máscaras, chocalhos; objetos religiosos e fúnebres; objetos de uso doméstico; vocábulos dos aborígenes, como lendas em diferentes línguas, inscrições e manuscritos; e modelos de cabana indígena.⁵⁴

Assim, ainda no primeiro semestre de 1881 começam a chegar doações e empréstimos enviados de várias partes do Brasil, tanto dos governos quanto de instituições ou particulares, mostrando um envolvimento da sociedade com a proposta da mostra e o desejo de contribuir para tão importante instituição científica. A chegada dos objetos que figurariam na exposição foi aos poucos mudando a rotina do Museu, que passou a se organizar para preparar a tão esperada mostra antropológica. De acordo com Adriana Keuller:

A rotina do Museu sofreu alterações, passando a girar em torno do evento. O Museu ganhou nova iluminação, foram suspensas algumas de suas atividades como os cursos públicos e dois meses antes do evento fecharam as portas de sua exposição permanente. Quinze dias antes da realização começa a montagem da exposição, acompanhada de perto pela imprensa e por S. M. Imperial.⁵⁵

Jornais como Gazeta de Notícias, O Globo, Jornal do Commercio e a Revista Ilustrada passam a acompanhar a montagem da exposição, divulgando imagens da ambientação dos espaços, que estava sendo feita com muitas plantas, folhagens e arbustos, na proposta de contextualizar a temática indígena em seu ambiente “natural”, ou seja, em oposição à cidade e à civilização. No entanto, o que chama a atenção para o tema que estamos abordando neste trabalho é justamente a construção de uma narrativa racial proposta pela Exposição e que parece ter sido corroborada pela imprensa.

⁵⁴ Idem, p. 113.

⁵⁵ KEULLER, Adriana. Op. Cit., p. 103.

Um exemplo é este trecho publicado na Revista Illustrada número 307, de 15 de julho de 1882. Há duas semanas antes da inauguração da Exposição, a seção “Echos da Semana” anuncia ao leitor:

Progridem cada vez mais activamente os trabalhos preparatórios da próxima exposição anthropologica, e chegam cada dia de todas as províncias objectos valiosíssimos. Entre outras preciosidades foi remetida ao digno director do Museu uma excellente traducção das Flores d’Alma em nheengatú, pelo Sr. Mendes Pena, do Maranhão.

Quando dizemos excellente traducção, é apenas afiados no juízo e no competentíssimo d’um dos índios que vieram do Espírito Santo para a mesma exposição, porque Junio, que é o philologo da casa, não entende patavina de nheengatú. Nem nós.

Voltando à exposição anthropologica...

É segredo ainda; mas que importa! No dia da abertura, depois do discurso inaugural e antes que nenhum amolador tenha licença de discorrer, um dos índios tomará a palavra e recitará, acompanhado ao piano por um de seus companheiros:

As flores d’alma, que se ateiam bellas
Puras, singelas, orvalhadas, vivas...

Em nheengatú, já se deixa ver: em portuguez todos elles estão ainda tão atrasados como o Cruzeiro.⁵⁶

O primeiro parágrafo já noticia a preparação da exposição a ser inaugurada, destacando o recebimento diário de objetos enviados de diversos lugares do país. Com um teor de ironia, o jornal destaca um dos objetos recebidos pelo Diretor do Museu para compor o acervo da exposição: uma tradução do poema Flores D’Alma, do poeta português Thomás Ribeiro para a língua indígena nheengatú. A ironia é que a tradução do português para o nheengatú teria sido feita por um índio e não pelo filólogo do Museu que, assim como os redatores do jornal, supostamente não entendia nada desta língua. Além de reportar a presença dos índios na Exposição, inclusive recitando o tal poema na língua indígena, o jornal recai em uma contradição. Afirma, na última frase da notícia, que o poema seria recitado em nheengatú, visto que os índios, em sua condição de atrasados e incivilizados, não compreenderiam o português. Observa-se, aqui, a marcação de um estágio de evolução inferior dos índios, mesmo que esta marcação contradiga o que foi expresso anteriormente: que o índio que traduziu o poema para sua a língua, e não o cientista do Museu, que deveria entender do assunto.

⁵⁶ Revista Illustrada, número 307, 15 de julho de 1882.

Dessa forma, ainda antes da Exposição Antropológica ser aberta ao público visitante, os jornais já apresentavam uma ideia do que lá se encontraria: os modos de ser e viver do “selvagem”, habitante originário desse território, esse “outro” de hábitos simples e exóticos que representava um atraso a ser superado. Era a ciência brasileira que, por meio de umas das mais representativas instituições científicas do país, expunha seu discurso racial apoiado em teorias evolucionistas.

3.2. Inaugurando a Exposição

No dia 29 de julho de 1882 inaugurou-se a Exposição Antropológica Brasileira no antigo prédio do Museu Nacional no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro. Neste dia, marcado também pelo aniversário da Princesa Isabel, este evento ganhou notoriedade e importância pela presença da família imperial e foi tema de capa dos principais jornais do período.

A Gazeta de Notícias, do mesmo dia 29/07/1882, enaltece o Museu Nacional enquanto instituição científica consolidada no Brasil e no mundo, em referência ao nome de seu Diretor, Ladislau Netto. Além de destacar as personalidades que participariam da abertura da Exposição, como o Imperador Dom Pedro II e sua família, membros do governo, da igreja e da imprensa, o jornal traz aos leitores as informações sobre os dias e horários de visitação da mostra:

Inaugura-se hoje este esplendido certamen, em que está envolvido o nome laureado do Sr. Dr. Ladislau Netto, a quem, como se não bastassem os imensos serviços por elle prestado às sciencias naturaes do Brazil e em particular ao nosso Muzeu, deve agora o Brazil e o mundo scientifico uma das mais curiosas exposições até hoje realizadas entre as nações mais cultas.

Suas Magestades e Altezas Imperiaes, acompanhados de seu sequito de grande gala, são esperados no Muzeu Nacional, às 11 horas em ponto, onde, depois de algumas palavras analogas ao acto, proferidas pelo Sr. Director geral do Muzeu, será declarada aberta a exposição, que, depois de retirarem-se Suas Magestades e Altezas Imperiaes, será fraqueada a todas as pessoas decentemente vestidas, até às 3 horas da tarde, em que serão encerradas as portas do edificio.

Nos dias subsequentes e por espaço de três mezes estará aberta ao publico esta magestosa festa dedicada à anthropologia brasileira, das 10 às 3 horas da tarde de todos os dias, com excepção das quintas feiras e dos dias que forem previamente annunciados.

Ao acto solemne da inauguração comparecerão o ministerio, os corpos legislativo e diplomatico, os officiaes generaes, os altos funcionarios, as auctoridades ecclesiasticas, as redacções dos jornaes, independentemente de não haverem recebido cartões de convite.⁵⁷

A notícia revela a grandiosidade do evento e a importância que este representou para o Museu Nacional. A continuação deste texto da Gazeta de Notícias apresenta uma breve descrição do que o visitante vai encontrar nas oito salas constitutivas da Exposição, “cada uma das quaes tem o nome de um dos representantes da sciencia do primitivo habitante do Brazil”: Vaz de Caminha, Rodrigues Ferreira, Lery, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares e Anchieta. A reportagem destaca ainda a produção de um material sobre mostra, o Guia da Exposição Anthropologica, ainda em fase de impressão, mas que logo seria distribuído ao público interessado. Este Guia, hoje inteiramente digitalizado e disponível na internet, apresenta-se como uma das principais fontes para se conhecer o que foi exposto em cada uma das salas que compunham a mostra.

De acordo com Michele Agostinho, a solenidade de abertura contou com a presença de personalidades do mundo político, senadores, deputados, diplomatas e cidadãos de diversas classes que foram recebidos ao som do hino nacional. A cerimônia seguiu com a apresentação musical da banda do Asilo de Meninos Desvalidos, composta por meninos menores de 12 anos, geralmente órfãos e pobres⁵⁸. O evento de inauguração da exposição também foi marcado por um longo discurso proferido pelo Diretor Ladislau Netto, inteiramente reproduzido pela Gazeta de Notícias do dia seguinte ao evento, 30 de julho. Destacamos a seguir alguns trechos do pronunciamento de Netto, que se dirige primeiramente ao imperador ali presente e, em seguida, exalta a importância de um empreendimento tão representativo para a ciência antropológica:

Senhor, este é o certâmen mais nacional que as ciências e as letras poderiam, congratuladas, imaginar e realizar no fito de soerguer o Império do Brasil ao nível de intellectualidade universal (...). E esse grandioso remate de nossos trabalhos, e esse almejado fim de nossas aspirações, o consenso público, o apoio das sociedades sábias e a mal contida surpresa de quantos aqui se acham, estão a testificar ser o grande jubileu de antropologia brasileira, que hoje se inaugura neste Museu (...).

⁵⁷ Gazeta de Notícias, n. 206, de 29 de julho de 1882.

⁵⁸ AGOSTINHO, Michele. Op. Cit, 2020, p. 118.

E essa corrente promotora de tantos benefícios acaba de ser agora, no extenso império do Cruzeiro, a corda vibrada no coração do povo, rapidamente incendiado ao mais vivo interesse pela raça dos nossos aborígenes.⁵⁹

Netto, ao se referir ao apoio das “sociedades sábias” busca legitimar o reconhecimento e a aceitação da comunidade científica em relação aos conhecimentos expostos na mostra, para além do “consenso público”. O discurso segue incitando a imaginação dos presentes em relação ao que vão encontrar na visita, ao romper o espaço para adentrar nas “ínvias florestas do grande estuário do Amazonas e pousar a beira do lar hospitaleiro dos *Ipurinãs*, nas margens do extenso Aquiry ou nas tristonhas malocas dos últimos descendentes dos nobres *turiuáras* e *tembés* (...)”⁶⁰.

É interessante observar que, apesar de especificar diferentes grupos indígenas e fazer menções a localizações geográficas em seu discurso, a exposição idealizada por Ladislau Netto se absteve de apresentar os objetos seguindo uma classificação geográfica e temporal. Reproduzimos a seguir a análise de Michele Agostinho sobre essa questão:

Se o espaço não foi geograficamente determinado no ordenamento da Exposição Antropológica, o tempo tampouco seguiu definido. Uma dimensão temporal imprecisa marcou a mostra planejada por Ladislau. (...) Os artefatos classificados como arqueológicos remetiam à noção de um tempo distante, de vidas extintas, enquanto os objetos etnográficos portavam outra temporalidade, contemporânea, de contato simultâneo, ainda que este contato não significasse que os envolvidos vivessem na mesma ordem temporal. Isso porque indígenas e não indígenas, apesar de coetâneos, foram situados em tempos não síncronos e, por consequência, posicionados em lugares distintos na escala evolutiva.⁶¹

Assim, o ordenamento e a classificação dos objetos expostos na mostra seguiram apenas um critério: a correspondência destes em relação aos saberes que constituíam, ou seja, como pertencentes às áreas da antropologia, arqueologia ou etnografia, conforme discutimos no tópico anterior. A dispensa em apresentar os objetos da Exposição em

⁵⁹ Gazeta de Notícias, n. 210, de 30 de julho de 1882.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ AGOSTINHO, Michele. Op. Cit., 2000, p. 116.

seus aspectos espaciais e temporais acabou por construir uma narrativa que pretendia dar uma unidade ao material ali exposto, apagando a heterogeneidade das populações indígenas ali representadas.

No entanto, aquilo que foi ocultado na experiência dos visitantes foi, em parte, registrado no Guia da Exposição que, em alguns casos, trouxe informações sobre o local e o grupo indígena junto ao objeto listado. Na breve apresentação do Guia⁶², o leitor é situado sobre o que vai encontrar nesse material: “este GUIA menciona apenas de modo mui conciso, sem nomes indígenas e por grupos, os objetos que constituem a Exposição Anthropologica Brasileira”. Na apresentação também é explicado como as informações sobre os objetos estão dispostos no material, ou seja, em cada sala há uma relação numerada dos objetos lá expostos, seguido do nome do doador da peça para figurar na exposição. Por fim, o texto anuncia a realização de um “catálogo da Exposição o qual, ilustrado de numerosas xylographias de muitas estampas lithogravadas, só poderá aparecer mais tarde”.

Este catálogo, organizado por Mello Moraes Filho⁶³ e intitulado Revista da Exposição Antropológica Brasileira foi inicialmente um periódico impresso em diversos fascículos, que depois foram reunidos em um único volume e distribuído para todas as províncias. Com o uso de uma linguagem mais simples e acessível do que a utilizada nos textos científicos das Revistas *Archivos do Museu Nacional*, a Revista da Exposição se revela um rico material de estudo para conhecer a mostra. A publicação é recheada de imagens, intercaladas por textos sobre os objetos lá expostos e suas origens, nos dando ainda mais a dimensão do discurso científico e racial empregado na narrativa da exposição. Os textos da Revista são em sua maioria assinados por Ladislau Netto, João Batista Lacerda e pelo já então finado Carlos Frederico Hartt, diretor da 3ª seção do Museu, professor de geologia e autor de um vasto trabalho sobre os indígenas brasileiros.

⁶² **Guia da Exposição Anthropologia Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger e Filhos, 1882, pp. 5-6.

⁶³ FILHO, Mello Moraes (org). **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira.** Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro, 1882.



Figura 1: Capa de um dos fascículos da Revista da Exposição Antropológica Brasileira

A figura acima apresenta a capa de um dos fascículos da Revista da Exposição Antropológica Brasileira e traz como imagem uma índia da etnia dos Botocudos, descrita por Lacerda na revista por ser muito feia, ter seios caídos, a região glútea ampla e por utilizar uma rodela de madeira perfurando e distendendo o lábio inferior, “o que dá a physionomia desses indivíduos um aspecto dos mais repulsivos”⁶⁴. Assim, a narrativa da exposição se complementa pelo Guia e pela Revista, que detalham ao público visitante o discurso científico ali empregado.

A seguir, faremos uma breve análise do que os visitantes encontraram ao adentrar em cada sala da exposição, tendo como base no que está disposto no Guia, mas

⁶⁴ Idem, p. 2.

também com apoio das imagens e das explicações mais detalhadas contidas na Revista da Exposição.

3.3. Caminhando pelas salas da exposição: construção de uma narrativa

A Exposição Antropológica ficou aberta durante três meses, período em que o público pôde percorrer as oito salas disponíveis para a mostra e conhecer um pouco mais sobre os “primitivos” habitantes do Brasil a partir de uma estrutura expositiva montada em dioramas e panóplias.

Antes de apresentar a listagem dos objetos expostos na primeira sala da mostra, o Guia da Exposição traz um recado importante ao visitante: “É expressamente proibido tocar nos objetos expostos, ainda sob o pretexto de pô-los em ordem; tanto mais quanto convêm advertir que alguns dos referidos objectos estão envenenados”⁶⁵. A sala Vaz de Caminha (escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral que narrou ao rei de Portugal o primeiro contato dos tripulantes portugueses com os indígenas), destinada à etnografia, foi montada com 40 objetos como remos, lanças, arcos e flechas. A advertência sobre a possibilidade de alguns desses objetos estarem envenenados, corrobora a narrativa de que se tratava de povos bárbaros e violentos, identificando nesses objetos sempre o sentido de ataque. A própria listagem de alguns objetos se fez acompanhada de uma descrição do episódio em que foram encontrados, geralmente mostrando seu poder nocivo e letal. Um exemplo disso é o objeto nº 4, onde se lê: “Frechas com que os Jumas assassinaram a 2 de setembro de 1869 no Alto Purús, ao portuguez Cesario José de Mesquita e a brasileira Emiliana de Freitas”, como também o objeto nº 30, que correspondia a “Flechas arrancadas do cadáver dissecado de Silvério da Costa Alecrim, morto pelos Botocudos na Lagoa Grande, a 21 léguas abaixo de Philadelphia, a 17 de maio de 1882”⁶⁶.

As histórias sobre os conflitos entre os brancos e os indígenas, em muitos dos casos tensionados por invasões de territórios, não foram narradas no Guia, na Revista e nem na própria museografia da exposição, que “anistia a violência e apaga as condições

⁶⁵ Guia da Exposição Anthropologia Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Op. Cit., p. 7.

⁶⁶ Idem, pp. 7 e 9.

de formação das coleções”⁶⁷. Ao contrário disso, em um texto assinado por Mello Moraes Filho constante na Revista da Exposição, o autor busca analisar as causas da extinção dos indígenas e justifica a morte dos nativos a partir de teorias evolucionistas, em que estes não teriam capacidade de adaptação à civilização. Diz Moraes Filho:

Mesmo que não fossem as guerras intestinas, guerras prolongadas e repetidas, fazendo estacinoar ou extinguindo lentamente as raças indígenas do Brazil, em presença de duas raças novas, o portuguez e o negro, o caboclo capitularia fatalmente, por isso que, causas physiologicas e mórbidas, o tornam incompatível à adaptação dos meios. (...) Incapazes de abandonar seus hábitos selvagens, a menor mudança os abate, os entristece, e a anemia, a consumpção, os libertam pela morte, de quaesquer condições que não sejam as do seu viver primitivo.⁶⁸

Após se surpreender com as armas indígenas, retrato do estado de selvageria em que vivem esses povos, o visitante se dirige para a sala seguinte, que também expõe flechas “envenenadas” juntamente com outros instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música. O Guia indica que alguns desses objetos já faziam parte do acervo do museu, mas muitos são de particulares, “sendo a mais bella e a maior parte d’elles do gabinete de S. M. o Imperador”⁶⁹. Essa sala, que homenageou Rodrigues Ferreira, um naturalista brasileiro do século XVIII, também se dedicava a etnografia e foi composta com 113 objetos e algumas aquarelas retratando figurativamente índios do Amazonas. Tais aquarelas pertenciam à coleção de estampas da viagem científica de Rodrigues Ferreira ao Norte do país entre os anos de 1783 e 1792. A riqueza imagética da expografia desta sala se completa pelas representações dos indígenas em esculturas, algumas delas feitas em moldes vivos.

A figura 2, a seguir, é uma fotografia de Marc Ferrez, importante fotógrafo do império que foi responsável por fazer o registro imagético da Exposição Antropológica do Museu Nacional. A imagem é da sala Rodrigues Ferreira e nela podemos ver a riqueza de detalhes com que foi montada a expografia, que pretendia inserir o visitante

⁶⁷ AGOSTINHO, Michele. Op. Cit., 2020, p. 122.

⁶⁸ FILHO, Mello Moraes. As causas da extinção dos índios. In: FILHO, Mello Moraes (org.). Op. Cit., pp. 23-24.

⁶⁹ Guia da Exposição Anthropologia Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Op. Cit., p. 11.

no contexto natural dos povos retratados por meio de dioramas. Podemos visualizar os índios esculpidos realizando atividades cotidianas, como dentro de canoas e manuseando os objetos de pesca. Compuseram a cena animais taxidermizados que figuravam ao lado das esculturas representativas dos índios.

No fundo dessa figura, podemos perceber um outro recurso expositivo utilizado para compor a sala Rodrigues Ferreira: as panóplias. Estas atuam como um objeto com fins ornamentais, geralmente preso à parede, e apresenta uma disposição ordenada de seus elementos. No caso das panóplias exibidas nessa sala, vemos flechas, remos, bastões e outros objetos dispostos de forma organizada. A figura 3 apresenta em detalhe uma panóplia composta por remos, flechas e zarabatanas, também fotografada por Marc Ferrez como registro da Exposição.



Figura 2: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígenas, 1882, Museu Nacional. Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: Instituto Moreira Salles.

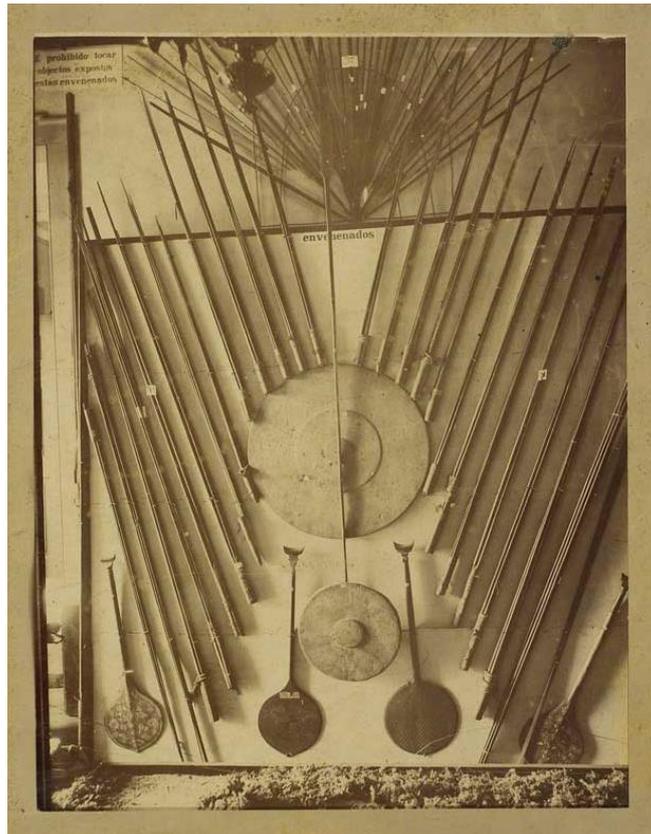


Figura 3: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígenas, 1882, Museu Nacional. Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: Biblioteca Nacional.

A opção museográfica de criar uma ambientação de um possível cotidiano indígena buscava inserir o visitante nesse contexto, fazendo-o sentir-se no espaço natural dos indivíduos representados na mostra.

Ao sair da sala Rodrigues Ferreira, o público visitante se depara com os objetos arqueológicos dispostos na sala Lery e na sala Hartt. A primeira presta homenagem ao viajante francês Jean de Léry, que esteve no Brasil no século XVI e publicou um livro sobre os costumes indígenas. A sala Hartt é dedicada ao diretor da 3ª seção do Museu Nacional, que morreu alguns anos antes de febre amarela. Por ter chefiado a Comissão Geológica do Império entre os anos 1875 e 1877, Hartt foi responsável por enriquecer significativamente as coleções do Museu Nacional.

O Guia anuncia que a sala Lery é composta por 39 objetos, sendo a maioria fragmentos de louças antigas do Amazonas, exumadas por Ladislau Netto e sua equipe quando em expedição para esta região, e por sambaquis do sul, coletados por Hartt e outros exploradores. A Revista da Exposição acompanha o tema desta sala a partir de

um texto de Ladislau Netto discutindo a origem dos sambaquis a partir de suas observações realizadas em algumas províncias litorâneas.

A sala Hartt, por sua vez, é composta quase que exclusivamente por produtos cerâmicos antigos que faziam tanto parte da coleção do Museu Nacional, como dos Museus Paraense, Paranaense e do Instituto Arqueológico Alagoano, que emprestaram seus acervos para figurarem na mostra, conforme exposto no Guia da Exposição. Esta sala é maior do que a anterior e nela foram expostos 207 objetos, como urnas funerárias, igaçabas e panelas, além de vasos e fragmentos cerâmicos.

A sala seguinte a ser visitada pelo público era a Lund (paleontólogo dinamarquês que encontrou fósseis humanos e de animais na cidade de Lagoa Santa – MG), a única dedicada à Antropologia e talvez a mais impactante de todos os espaços expositivos. Nela, o visitante se deparava com um verdadeiro ossuário, conforme nos apresenta o Guia da Exposição:

Esta sala contém esqueletos e craneos de indígenas Tembés e Turiúaras exumados pelo Dr. Ladislau Netto nas antigas muiracãueras das margens do Rio Capim, província do Pará; três esqueletos expostos pelo Dr. Duarte Paranhos Schutel; grande número de craneos de diversas tribus de Botocudos; muitos ossos retirados dos sambaquis da província de Sancta Catharina; e photographias de Botocudos tiradas pela Comissão Geológica dirigida pelo professor Hartt.⁷⁰

Composta por 115 objetos, apenas 4 deles não eram ossos ou fragmentos de ossos – os diplomas de João Batista de Lacerda e de José Rodrigues Peixoto, e duas fotografias de Botocudos. Os outros 111 itens eram ossos ou esqueletos articulados de cerca de 93 indígenas de diferentes procedências e períodos. A obtenção desses materiais humanos decorreu de exumações, algumas feitas pelo próprio diretor do Museu, como mencionado no Guia, e de doações. Muitos desses materiais osteológicos serviram aos estudos antropométricos e de Lacerda e Peixoto para as suas pesquisas em antropologia física. Não é a toa que os diplomas desses dois cientistas figuram em destaque nessa salsa. No capítulo 2 já citamos a pesquisa publicada por eles no primeiro número da Revista *Archivos do Museu Nacional* baseada em medições craniométricas dos Botocudos. A Revista da Exposição Antropológica retoma as conclusões dessas pesquisas e traz textos que reforçam o grau de inferioridade racial dos indígenas a partir

⁷⁰ Idem, p. 39.

do estudo de seus crânios. Em um texto assinado por Lacerda na revista da Exposição – “A morfologia craniana do homem dos sambaquis” – o autor tece considerações sobre a capacidade cerebral desses povos a partir do tamanho da estrutura craniana e conclui que “a mais nobre porção do órgão pensante attingia as proporções diminutas, que caracterizam os antigos craneos humanos ou as mais inferiores raças actuaes”⁷¹, como os Botocudos.

Na museografia da sala Lund é possível observar uma objetificação dos remanescentes humanos reforçada pela forma como foram dispostos no espaço expositivo. O ossuário ali apresentado ao público contribuiu para um discurso homogeneizador dos indígenas que apareciam desprovidos de nome, de lugar temporal e geográfico, tornando-se objetos da ciência e dando subsídio à formulação de teorias raciais que os inferiorizavam e justificavam o seu aniquilamento em prol de um caminho do Brasil rumo à civilização.

Ao seguir no roteiro expositivo, o visitante que saia da mostra ossuária da sala Lund chegava à sala Martius (naturalista alemão que no início do século XIX participou de expedições para estudar a flora brasileira). Lá encontrava um espaço menor, composto por apenas 29 objetos etnográficos e arqueológicos, que continha peças de cerâmicas do Peru e da Guiana Holandesa, material colecionado pelo Imperador, conforme descrito no Guia. Estes objetos foram expostos em armários e, conforme pesquisa de Michele Agostinho, receberam um grande destaque nos jornais pela beleza das peças, aspecto que colocava os índios mais perto da civilização: “Nos objetos de barro ali expostos, embora feitos por mãos indígenas, reconhece-se já o dedo da civilização”⁷².

A sala ulterior, que homenageou Gabriel Soares - português que veio morar no Brasil no século XVI e autor de um tratado descritivo do país -, também ganhou destaque por conta da beleza das peças ali expostas. De acordo com o Guia da Exposição, esta sala destinou-se a apresentar principalmente a arte plumária, adornos, tecidos e vestimentas indígenas. A figura 3, a seguir, apresenta uma fotografia de Marc Ferrez referente a um painel da sala Gabriel Soares com alguns objetos líticos, como os muiquitãs amazônicos, machados e outros objetos zoomórficos.

⁷¹ LACERDA, João Batista de. A morfologia craneana do homem dos sambaquis. In FILHO, Mello Moraes (org). Op. Cit., p. 23.

⁷² Diário de Pernambuco, n. 186, 1882 apud AGOSTINHO, Michele. Op. Cit., 2020, p. 133.

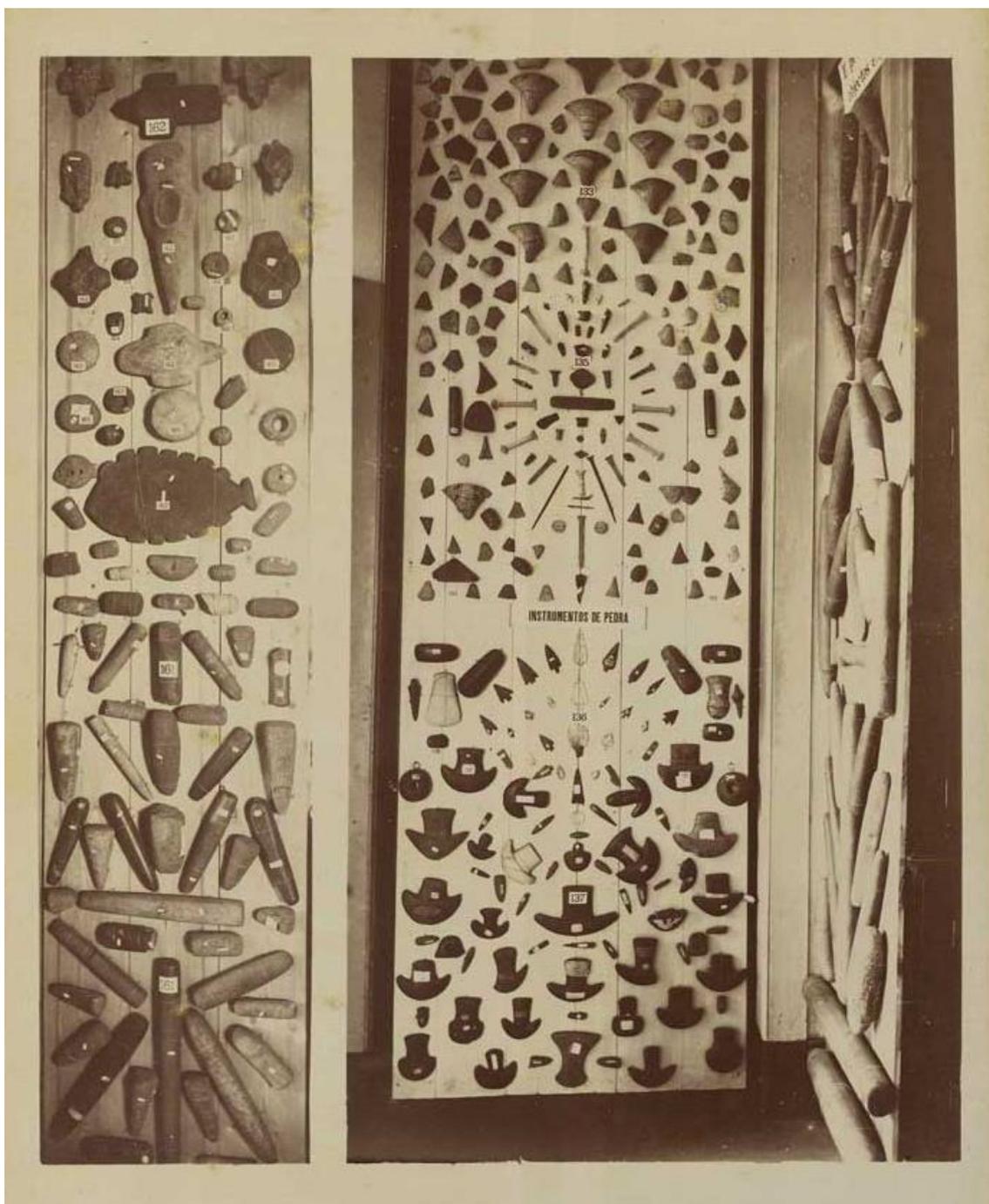


Figura 3: Exposição Antropológica Brasileira: artefatos e aspectos da vida indígenas, 1882, Museu nacional. Foto de Marc Ferrez. Fonte: Biblioteca Nacional.

Ao observar a fotografia acima em detalhes, podemos perceber a marcação das peças com uma espécie de etiqueta branca, onde é inscrita a numeração dos objetos em consonância com a numeração descrita no Guia. Esta marcação e registro das peças é

uma atividade fundamental de documentação museológica e de controle do acervo, já praticada pelo Museu Nacional no século XIX.

Por fim, ao deixar a sala Gabriel Soares o visitante chega na última sala da exposição, dedicada ao padre jesuíta José de Anchieta, que atuou na catequização dos nativos nos primeiros anos da colonização. Nesta sala o público não encontra mais objetos indígenas, mas sim livros, dicionários em tupi guarani, fotografias e outras representações dos indígenas brasileiros em gravuras, pinturas e desenhos, provenientes não só do acervo do Museu Nacional, mas também do material bibliográfico e iconográfico da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O percurso expositivo realizado pelo público visitante permitiu que a população da cidade pudesse conhecer, por meio de uma experiência visual, este “outro” que se diferenciava no tempo e no espaço pelos seus hábitos primitivos e pelo estado de selvageria em que se encontravam. Nesse sentido, a Exposição Antropológica contribuiu para essa diferenciação identitária entre o “nós” e o “outro”, separados por uma dimensão social e cultural baseada na força e poder do homem branco sobre os nativos das terras brasileiras. Nas palavras de Michele Agostinho:

A Exposição Antropológica Brasileira, nesse sentido, foi o lugar de descoberta do outro, de percepção das diferenças daqueles em relação a si e serviu para delimitar as fronteiras entre o selvagem e o civilizado, reforçando a partir do olhar de superioridade de quem observa. A Exposição também permitiu o encontro dos nacionais com o seu passado ao apresentar aos indígenas e seus objetos numa ordem do tempo que lhes negava o presente (pela recusa da coetaneidade) e o futuro (pela extinção). Ela instaurou uma visualidade que permitiu ao público da Corte exercer o olho do poder: tudo ver, tudo inspecionar para saber e acreditar dominar. (...) A contemplação, parte intrínseca do gesto do olhar, era movido pela “curiosidade” e pelo encantamento, ainda que indiferente ao sofrimento do representado - sofrimento materializado pela perda de terras, escravidão e extermínio dos indígenas.⁷³

Por fim, é importante mencionar que nem só de objetos foi composta a Exposição Antropológica Brasileira. Os próprios indígenas foram trazidos para figurar na mostra e foram exibidos ao público em seus trajes tradicionais, em apresentações de seus cantos e danças, despertando ainda mais o interesse do público e da imprensa.

⁷³ AGOSTINHO, Michele. Op. Cit., 2020, pp. 163-164.

Documentos do museu estudados por Michele Agostinho⁷⁴ revelam que a presença dos indígenas no Museu Nacional ocorria com relativa frequência, desde 1870. Geralmente estes eram convocados para ajudar na identificação dos objetos colecionados, nas comunicações para registro de suas línguas, mas também para serem examinados, medidos e estudados.

Para a Exposição, dois jovens índios Xerente submeteram seus corpos como molde para as esculturas que compuseram os cenários da sala Rodrigues Ferreira. Um grupo de sete Botocudos também foi trazido do Espírito Santo para figurar na exposição a partir da proposta de dar aos visitantes “uma ideia exata do que são os índios do Rio Doce”⁷⁵. Consta que a presença dos Botocudos causou um grande rebuliço no Museu Nacional devido à multidão ansiosa para vê-los de perto. A Revista ilustrada, em seu nº 311, de 12 de agosto de 1882, faz uma brincadeira em torno da avidez do público em conferir os índios no museu. Em sua seção *Chronicas Fluminenses* trata com humor a questão:

Quinta-feira, 10, são onze e meia horas da noite, o Dr. Ladislau Netto, quebrado de trabalho, morto de cansaço, está em dever de dar um pouco de repouso ao seu corpo, quando lhe batem à porta.

A criada vae ver quem é.

- É um negócio importantíssimo que só ao doutor posso confiar, e é urgente, amanha já não ha mais tempo, vá chamá-lo.

Uma robe-de-chambre, um gorro, e eis o director do Museu bocejando ao indivíduo:

- Então, o que ha?

- Queria pedir-lhe um favor: parto amanha para São Paulo, pelo trem das seis, e não queria ir, sem ter visto os botocudos!

Sem commentarios, não acham?⁷⁶

É importante destacar que não foi sem resistência que o grupo de Botocudos se prestou a situação tão humilhante e, mediante negociações envolvendo inclusive o ministro da agricultura, os indígenas não só foram expostos como parte da Exposição

⁷⁴ Idem, p. 165.

⁷⁵ Conforme documento BR MN RA 8 de 02/09/1882, analisado por AGOSTINHO, Michele. Op. Cit., 2020, p. 180.

⁷⁶ Revista Ilustrada, nº 311, 12 de agosto de 1882.

Antropológica, mas também se submeteram a uma série de experimentos que foram posteriormente documentados. Um desses experimentos figura na Revista da Exposição Antropológica em que João Batista Lacerda descreve os estudos sobre a força muscular dos indígenas a partir do uso de um aparelho denominado dinamômetro. O cientista afirma que, apesar de serem visivelmente mais musculosos que os homens da raça branca, os índios são menos fortes e seus músculos se fatigam mais depressa, o que leva a concluir que “o nosso indígena, mesmo civilizado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que os indivíduos de outra raça”⁷⁷. A partir desse fato Lacerda justifica também a importância da Antropologia para a vida econômica e prática pois, a partir desses experimentos, conclui que o índio não deve ser considerado como substitutivo à mão de obra dos negros africanos, por exemplo.

A Exposição Antropológica revela, assim, um olhar considerado científico e civilizado, ajustado com uma perspectiva imperialista de conquista e inferiorização de povos originários de terras exploradas pelos domínios europeus. Este “outro”, selvagem e primitivo, ali exposto de forma nua e com seus objetos amputados de sua utilidade prática, sofrem também uma violência epistemológica a partir das teorias raciais levadas a cabo pelo desenvolvimento da antropologia física no século XIX, que vai ao encontro do discurso civilizatório empreendido pelo governo imperial.

⁷⁷ LACERDA, João Batista de; A força muscular e a delicadeza dos sentidos dos nossos indígenas. In: FILHO, Mello Moraes (org). Op. Cit., pp. 6-7.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Museus são locais de preservação da memória que apresentam os bens culturais ali guardados e expostos de forma a se contar uma história. A elaboração dessa narrativa histórica apresenta um discurso sempre repleto de presenças e ausências, de lembranças e esquecimentos. Estas lembranças e esquecimentos, inerentes ao processo de escrita da História, resultam em um processo de construção que também envolve outras forças, como, por exemplo, o poder⁷⁸. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos. Assim, os museus não apenas apresentam e dizem coisas do passado, mas também representam formas de ver o mundo, ao legitimar, naturalizar e ordenar culturas e identidades.

Os museus se transformam com o tempo e suas narrativas precisam ser continuamente revistas, seus objetos revisitados e sua linguagem expositiva constantemente atualizada. Assim, esse estudo se propôs a fazer uma pesquisa bibliográfica sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e que culminaram na divulgação mais ampla de um discurso racial apresentado na Exposição Antropológica Brasileira de 1882.

Para tanto, nos detivemos no primeiro capítulo deste trabalho a discutir sobre as ciências no Brasil oitocentista, os debates sobre as origens do homem, as teses monogenistas e poligenistas tão em voga na época, até o estabelecimento de teorias científicas raciais a partir de estudos evolucionistas e na área da Antropologia Física, na qual o Museu Nacional foi um dos precursores.

O segundo capítulo foi mais dedicado aos trabalhos empreendidos pelo Museu Nacional, sobretudo durante a gestão de Ladislau Netto, diretor que deu visibilidade científica à instituição a partir da criação da Revista *Archivos do Museu Nacional*, dos cursos públicos, da realização de exposições e das participações de seus pesquisadores nas expedições científicas que tanto contribuíram para enriquecer o acervo natural e antropológico do museu. Discutimos principalmente a consolidação dos campos da Antropologia, Etnografia e Arqueologia no Museu Nacional que, a partir das pesquisas de João Batista Lacerda, José Rodrigues Peixoto e do próprio diretor Ladislau Netto,

⁷⁸ CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: **Ensaio de Museologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

cujas teses e teorias, aplicadas a uma realidade brasileira de miscigenação e de exploração de raças consideradas inferiores, ganharam publicidade e notoriedade por meio de seus discursos proferidos no Brasil e em eventos no exterior, em publicações especializadas e debates com outros cientistas da época.

O terceiro capítulo desta pesquisa se fundamentou em uma bibliografia sobre a Exposição Antropológica Brasileira, mas pautou-se também na análise de dois importantes documentos elaborados para esta mostra e disponíveis para seus visitantes: o Guia da Exposição, contendo a relação dos objetos lá expostos, com algumas informações adicionais sobre sua origem e o nome do colecionador que emprestou ou doou a peça para o museu; e a Revista da Exposição, repleta de ilustrações e textos sobre a temática indígena apresentada na mostra. Buscamos percorrer cada uma das salas expositivas para descrever os objetos lá inseridos e o discurso proposto sobre eles. Concluímos que as teorias evolucionistas que propunham uma hierarquização racial permeavam a narrativa sobre os povos indígenas, apresentados como selvagens, violentos e primitivos e, portanto, inadequados para o ideal de civilização aspirado pelo Brasil imperial.

Realizar um estudo na área de História dos Museus certamente permite o alcance de uma compreensão de que os museus são reflexos da sociedade em que estão inseridos. O Museu Nacional do Rio de Janeiro atravessou mais de 200 anos de existência e consolidou-se no Brasil como uma instituição científica e museológica com um valor inestimável para o país. Ao longo de todos esses anos, o Museu se reinventou, se reestruturou, se reorganizou para atender as necessidades de uma sociedade em constante transformação.

Lançar um olhar para o Museu Nacional da segunda metade do século XIX é ver uma instituição em consonância com os ideais imperiais de civilização, em que as ciências ganham um papel fundamental nesse contexto de inserção do país no debate científico internacional. Detentor de um vasto acervo de ciências naturais, o Museu passou também a ser uma referência nacional nos estudos antropológicos, arqueológicos e etnográficos, sobretudo no período em que foi dirigido pelo incansável Ladislau Netto.

É interessante observar como, passados quase 140 anos da realização da Exposição Antropológica, pouco avançamos em relação ao debate racial no Brasil.

Apesar de termos políticas públicas, ações afirmativas e outros instrumentos que visam reparar historicamente o racismo arraigado em nossa sociedade, a força das teorias científicas raciais dos oitocentos continua existente não só no Brasil, mas no mundo. O determinismo biológico parece continuar crescendo em popularidade, como geralmente acontece em tempos de retrocesso político. Num momento em que não apenas negros e indígenas, mas também mexicanos, sírios e outros povos seguem sendo massacrados pelos preconceitos sociais e pela imposição de hierarquias raciais, este debate continua sendo necessário e urgente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu Nacional, o Império e a conquista dos povos indígenas**: história, ciência e poder na Exposição Antropológica de 1882. Tese de Doutorado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em Revista**: a produção, a circulação e a recepção da Revista Arquivos do Museu Nacional. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2014.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAES, Fernando A. (coord. Geral). **História da vida privada no Brasil 2 - Império**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: A Exposição Antropológica Brasileira de 1882. In: **Topoi. Revista de História**. Volume 5, número 9, Julho – Dezembro de 2004.

AZEVEDO, Fernando (org). **As Ciências no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. In: **Ensaio de Museologia**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola de Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A geografia e o exótico brasileiro. In: **Terra Brasilis 2**, 2000.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.) **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

DUARTE, Luis Fernando Dias. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. In: **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, jan./abr. 2019.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FARIA, Luis de Castro. **Antropologia – escritos exumados 1**: espaços circunscritos, tempos soltos. Niterói: EDUFF, 1998.

FARIA, Luis de Castro. **Antropologia – escritos exumados 2**: dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999.

FERRI, Mário G; MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. Volumes 1, 2 e 3. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1980.

GLICK, Thomas. Apresentação. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KEULLER, Adriana Tavares Martins. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)**. Tese de doutorado em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

KUBRUSLY, Ricardo Silva; SILVA, Paulo Vinícius. O Archivos do Museu Nacional e a promoção das ciências no Brasil oitocentista. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho de 2011.

LANGER, Johnni; Luis Fernando Rankel. Cultura material e civilização: a exposição antropológica de 1882. In: **Cadernos do CEOM**, Ano 19, n. 24, 2006.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. Brasília: Editora UnB, 2009.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

NASCIMENTO, Fátima Regina. **A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX**. Tese de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SALDAÑA, Juan José. **Ciencia y identidad cultural: la historia de la ciência em America Latina**. Draft, 1991.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates de antropologia física no Brasil (1870-1930). In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas. (orgs.) **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da Comunidade Científica no Brasil**. São Paulo: Nacional – Rio de Janeiro: Finep, 1979.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora 34, 2000.

SILVA, Márcia Regina Barros. A escrita da História das ciências na América Latina e seus debates. In: **Revista de História Ibero Americana**. Vol. 9, nº 1, 2016.

FONTES

COUTY, Louis. Os estudos experimentais no Brasil. In: **Revista Brasileira**, ano I, tomo II, 1879.

Decreto Imperial nº 6116 de 9 de fevereiro de 1876. In: **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1876**. Tomo XXXIX. Parte II, Vol. 1. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

FILHO, Mello Moraes (org). **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia de Pineiro, 1882.

Gazeta de Notícias, n. 206, de 29 de julho de 1882.

Gazeta de Notícias, n. 210, de 30 de julho de 1882.

Guia da Exposição Anthropologia Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger e Filhos, 1882.

Jornal do Commercio, 10 de setembro de 1880.

LACERDA, João Batista. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**: recordações históricas e scientificas fundadas em documentos authenticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, João Batista. Curso de Antropologia. In: **Archivos do Museu Nacional**. Nº 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

LACERDA, João Batista; PEIXOTO, José Rodrigues. Contribuições para o estudo anthropológico das raças indígenas do Brazil. In: **Archivos do Museu Nacional**. Nº 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1876.

Revista Illustrada, número 307, 15 de julho de 1882.

Revista Illustrada, nº 311, 12 de agosto de 1882.